

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA

Elaboração de diretrizes para a gestão territorial e ambiental de territórios quilombolas e sua interface com as Mudanças Climáticas por meio da realização de oficinas formativas e informativas

PRODUTO 3

Relatório técnico com os resultados da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª oficinas territoriais com caráter formativo e informativo contendo a sistematização dos processos realizados, resoluções e encaminhamentos, incluindo o plano logístico detalhado das 4 oficinas territoriais com caráter formativo e informativo subsequentes.

Maio de 2018



GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA

PRODUTO 3

Relatório técnico com os resultados da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª oficinas territoriais com caráter formativo e informativo contendo a sistematização dos processos realizados, resoluções e encaminhamentos, incluindo o plano logístico detalhado das 4 oficinas territoriais com caráter formativo e informativo subsequentes.

Maio de 2018

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Instituto Socioambiental – ISA

Raquel Pasinato – Coordenação

Anna Maria Andrade

Frederico Veigas de Freitas

Milene Maia Oberlaender

DESENHO DA METODOLOGIA E MODERAÇÃO DAS OFICINAS

Instituto de Desenvolvimento Social

Anna Cecília Cortinez

Débora Alves Almeida

José Vicente ...

Liliana Mari Lino Pires

APOIO TÉCNICO

Katia dos Santos Penha e Ronaldo dos Santos – Negra Anastácia

Aparecida Nascimento Oliveira - Quilombo Estiva - Garanhuns - PE

Bernadete Pacífico Moreira - Quilombo Pitanga dos Palmares - Simões Filho – BA

Janileia Silva Gomes – Quilombo Frechal - Mirinzal - MA

Nilce de Pontes Pereira dos Santos - Quilombo Ribeirão Grande - Barra do Turvo – SP

TEXTO E EDIÇÃO

Anna Maria Andrade

Débora Alves Almeida

Liliana Mari Lino Pires

Milene Maia Oberlaender

Raquel Pasinato

Selma Aparecida Gomes

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	1
2.	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROCESSO	2
2.1.	DESENHO GERAL DAS OFICINAS	2
2.2.	PROGRAMAÇÃO EXECUTADA EM CADA OFICINA	5
2.2.1.	QUILOMBO FRECHAL – MIRINZAL/MA.....	5
2.2.2.	QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE -BARRA DO TURVO/SP	6
2.2.3.	QUILOMBO ESTIVAS – GARANHUNS/PE.....	8
2.2.4.	QUILOMBO PITANGA DOS PALMARES – SIMÕES FILHO/BA	7
2.3.	OBJETIVOS, METODOLOGIA, AJUSTES E RECOMENDAÇÕES PARA CADA ETAPA DAS OFICINAS	9
2.3.1.	ABERTURA.....	9
2.3.2.	MOMENTO DE DIÁLOGO ENTRE QUILOMBOLAS E GOVERNO	10
2.3.3.	O HISTÓRICO DO MOVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA POLITICA NACIONAL DE GTAQ	11
2.3.4.	COMPREENSÃO DO CONCEITO DE GTAQ.....	13
2.3.5.	CONHECENDO OS TERRITÓRIOS E AS EXPERIÊNCIAS DE GTAQ	14
2.3.6.	COMPREENSÃO DA IMPORTÂNCIA DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE GTAQ	17
2.3.7.	CONSTRUÇÃO DE ELEMENTOS PARA A POLÍTICA NACIONAL DE GTAQ	20
2.3.8.	PRÓXIMOS PASSOS E ENCAMINHAMENTOS.....	23
2.3.9.	FECHAMENTO DA OFICINA.....	23
2.4.	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS OFICINAS	23
2.4.1.	TEMAS RELEVANTES	24
2.4.2.	PARTICIPAÇÃO DOS QUILOMBOLAS DURANTE AS OFICINAS.....	24
2.4.3.	PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS MEMBROS DO GT GTAQ.....	25
2.4.4.	RELAÇÃO COM O PONTO FOCAL	25
3.	ELEMENTOS DE CADA OFICINA PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.....	26
3.1.	OFICINA TERRITORIAL 1 – RESERVA EXTRATIVISTA QUILOMBO DO FRECHAL – MIRINZAL (MA)	27
3.2.	OFICINA TERRITORIAL 2 – QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE – BARRA DO TURVO (SP)	43
3.3.	OFICINA TERRITORIAL 3 - QUILOMBO ESTIVAS – GARANHUNS (PE)	53

3.4.	OFICINA TERRITORIAL 4 – QUILOMBO PITANGA DOS PALMARES – SIMÕES FILHO (BA).....	67
4.	ANEXOS.....	86
4.1.	AVALIAÇÃO DAS OFICINAS PELOS PARTICIPANTES	
4.2.	REGISTRO FOTOGRÁFICO	
4.3.	LISTAS DE PRESENÇA	
4.4.	ROTEIRO DE ASPECTOS PARA CADA DIMENSÃO DA GTAQ	
4.5.	CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO SOBRE GTAQ	
4.6.	CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS À MINUTA DE DIRETRIZES PARA A GTAQ	
4.7.	PLANO LOGÍSTICO DAS PRÓXIMAS QUATRO OFICINAS	
4.8.	CONTEÚDO DA LINHA DO TEMPO CONSTRUÍDO NAS OFICINAS	

1. APRESENTAÇÃO

Este documento faz parte da continuidade do processo de informação e formação de quilombolas e outros atores, sobre a Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Quilombolas (GTAQ) e sua interface com as Mudanças Climáticas e de construção de diretrizes que possam subsidiar a elaboração futura de uma Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola.

O documento trata do Produto 3 - Relatório Técnico com os resultados das Oficinas Territoriais 1, 2, 3 e 4, contendo a sistematização dos processos realizados, resoluções e encaminhamentos, incluindo o plano logístico detalhado das 4 oficinas territoriais subsequentes, no âmbito do Edital JOF 0177 – 31005/2017 - PNUD. Também estão em anexo os registros comprobatórios como fotos, linhas do tempo construídas em cada oficina, listas de presença, contribuições à minuta de diretrizes, avaliações das oficinas pelos participantes.

As Oficinas Territoriais aqui detalhadas são: Reserva Extrativista do Quilombo do Frechal (MA), Quilombo Ribeirão Grande (SP), Quilombo Estivas (PE) e Quilombo Pitanga dos Palmares (BA).

O Plano Logístico apresentado em anexo é referente às últimas 04 Oficinas Territoriais, de Santarém, do Quilombo Paio de Telha, do Quilombo Brejo dos Crioulos e da região de Goiás.

2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROCESSO

A descrição e análise do processo realizado nas oficinas será apresentada através dos seguintes itens:

- 2.1 Desenho geral das oficinas
- 2.2 Programação executada em cada oficina
- 2.3 Objetivos, metodologia, ajustes e recomendações para cada etapa das oficinas
- 2.4 Considerações gerais a respeito das oficinas

2.1. DESENHO GERAL DAS OFICINAS

Este item apresenta o desenho geral, a programação e metodologia das quatro oficinas realizadas, assim como os resultados gerados e os ajustes que foram feitas no decorrer do caminho, a partir das avaliações e constatações da equipe do ISA, do MMA e de moderação.

O Desenho geral concebido inicialmente foi sendo ajustado ao longo da realização das quatro oficinas, tanto em termos de objetivos e resultados esperados, como de etapas realizadas e métodos adotados.

A seguir, são apresentados os objetivos e resultados definidos inicialmente.

OBJETIVO

Promover o diálogo sobre Gestão Territorial e Ambiental Quilombola - GTAQ e Mudanças Climáticas – MC a partir da realidade dos territórios da região.

RESULTADOS ESPERADOS

A partir do diálogo, espera-se que os participantes possam:

Trocar informações e ampliar o conhecimento sobre estes temas.

Conhecer a realidade de cada território em relação a estes temas – as experiências concretas, as necessidades e os potenciais.

Gerar ideias e recomendações para a estratégia nacional de GTA Quilombola, e assim contribuir para que esta estratégia considere as diferentes realidades dos territórios.

Sair fortalecidos para **acompanhar o processo de construção da estratégia** nacional de GTA Quilombola e para mobilizar outros quilombolas e atores neste caminho

Em termos de objetivos, foram realizados poucos ajustes. Inicialmente se falava em “estratégia nacional de GTA Quilombola”, por receio e cautela de se falar em política pública, tanto pelas expectativas que poderiam ser criadas, como pela fragilidade do momento político. No entanto, após a primeira oficina, já se legitimou a perspectiva de o processo chegar em uma Política Nacional, mesmo que ainda se tenha longos anos pela frente para tal, e adotou-se a sigla “GTAQ” para a gestão territorial e ambiental quilombola.

O outro ponto de ajuste foi a compreensão de que somente três dias de oficina limita que se chegue a proposições já lapidadas para uma política de GTAQ, e que além deste resultado (“gerar ideias e recomendações para a política nacional de GTA Quilombola”), era preciso reforçar os outros resultados, que juntos garantem o viés formativo e informativo das oficinas.

A abordagem do tema “Mudanças Climáticas - MC” foi bastante incipiente, por uma escolha consciente da equipe responsável pela execução das oficinas. Isso porque o tema em questão demandaria uma oficina em si, e o que foi possível trabalhar nestas etapas de forma ainda superficial foi a percepção dos quilombolas sobre as MC. O item 2.4.1 deste documento traz mais elementos sobre esta questão.

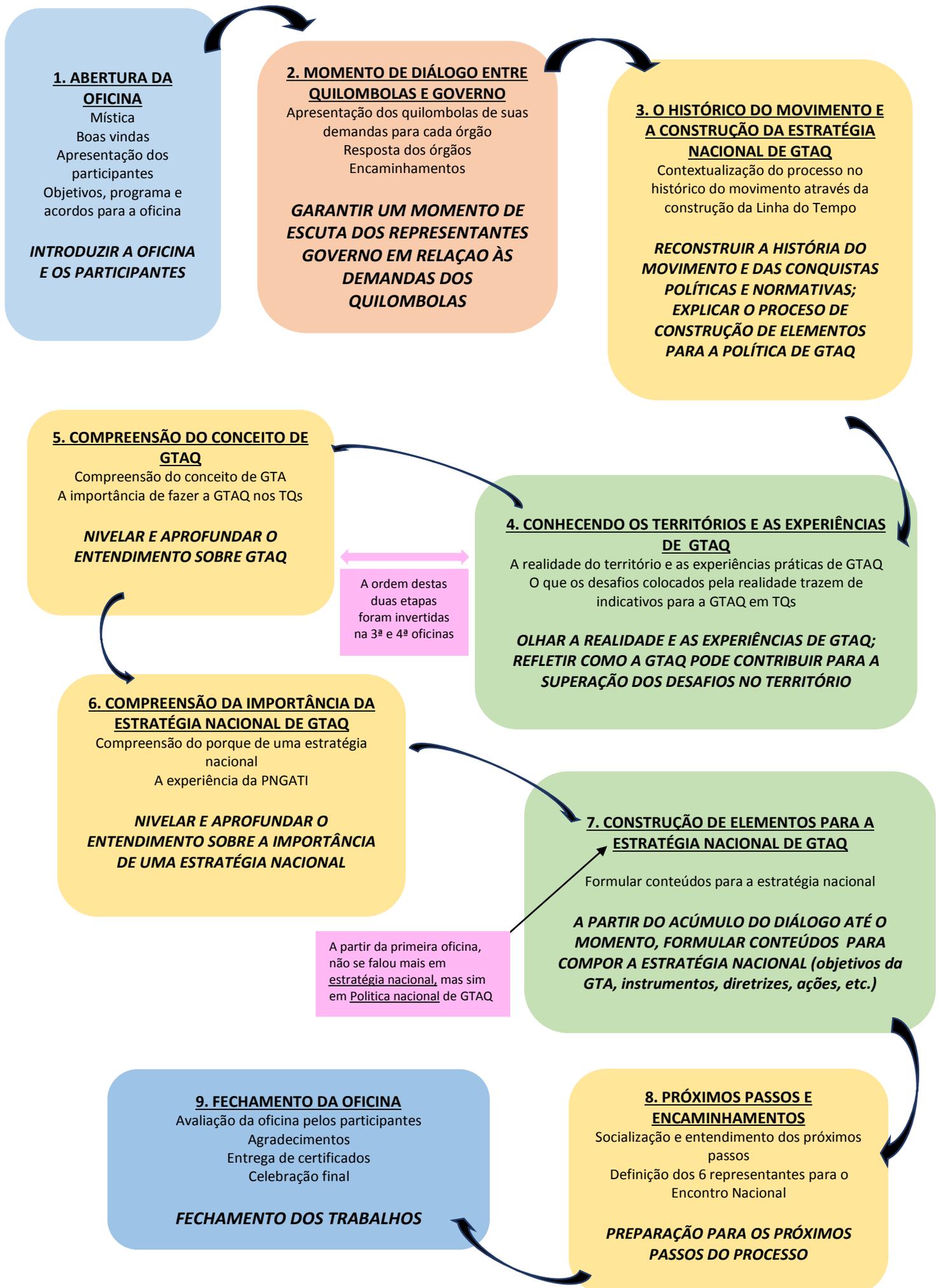
Para o alcance destes objetivos e resultados, foram definidos dois fios:

FIO 1 - A Política Nacional de GTAQ – importância e processo de construção

FIO 2- Os elementos para a Política Nacional de GTAQ a partir da realidade de cada território e região

A figura a seguir apresenta as etapas percorridas na oficina para o alcance dos objetivos previstos, concebida no início do processo, antes da realização da primeira oficina no Quilombo do Frechal. Cada etapa é relacionada a um dos fios, diferenciados nas figuras com a cor laranja e verde.

As mudanças na ordem das etapas e na sua descrição estão representadas na figura em lilás (inversão na ordem das etapas 4 e 5 para as oficinas 3 e 4 e mudança da denominação de estratégia para política nacional da etapa 7).



2.2. PROGRAMAÇÃO EXECUTADA EM CADA OFICINA

2.2.1. QUILOMBO FRECHAL – MIRINZAL/MA

DIA 1 27/02/2018	DIA 2 28/02/2018	DIA 3 01/03/2018
<p>8:30 Abertura <i>Mística</i></p> <p>9:15 Dinâmica <i>Apresentação dos participantes</i></p> <p>10:00 Café</p> <p>10:30 Plenária <i>Linha do tempo inserindo o processo GTAQ</i> <i>Apresentação do ISA</i> <i>Apresentação da oficina – Objetivos e caminho</i></p>	<p>8:30 Plenária <i>Apresentação dos projetos de GTAQ apoiados pelo MMA</i></p> <p>10:00 Café</p> <p>10:30 Visitas de Campo</p>	<p>8:30 Plenária <i>Apresentação sobre PNGATI</i> <i>Diálogo sobre a importância de uma estratégia Nacional de GTA Quilombola</i></p> <p>10:00 Café</p> <p>10:30 Trabalho em grupos <i>Elaboração de proposições para a estratégia nacional de GTAQ</i></p>
<p>12:30 Almoço</p>	<p>13:00 Almoço</p>	<p>12:30 Almoço</p>
<p>14:00 Trabalho em grupos <i>Mapa falado da vida no território</i></p> <p>16:30 Plenária <i>Apresentação dos grupos</i></p> <p>18:00 Encerramento do dia</p>	<p>14:30 Plenária <i>Apresentação dos grupos das visitas</i></p> <p>17:00 Conversa em duplas e plenária <i>O que entendemos por GTA</i></p> <p>19:00 Noite Cultural</p>	<p>14:00 Plenária <i>Momento de diálogo entre comunidades e governo</i></p> <p>16:00 Café</p> <p>16:30 Plenária <i>Leitura das proposições</i> <i>Próximos passos</i> <i>Encerramento da oficina</i></p>

2.2.2. QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE -BARRA DO TURVO/SP

DIA 1 08/03/2018	DIA 2 09/03/2018	DIA 3 10/03/2018
<p>9:00 Abertura <i>Mística</i> <i>Mesa de Abertura da oficina</i> <i>Apresentação das crianças</i> <i>Palestra sobre violência contra a mulher</i></p> <p>10:30 Dinâmica <i>Apresentação dos participantes</i></p> <p>11:30 Plenária <i>Linha do tempo inserindo o processo GTAQ</i></p>	<p>8:30 Bom dia</p> <p>8:45 Plenária <i>Complementação da linhas do tempo</i></p> <p>10:30 Trabalho em grupos <i>Visitas de Campo</i></p>	<p>8:00 Bom dia</p> <p>08:40 Trabalho em grupos <i>Elaboração de proposições para a estratégia nacional de GTAQ</i></p>
<p>13:00 Almoço</p>	<p>12:30 Almoço</p>	<p>12:30 Almoço</p>
<p>14:30 Boa tarde</p> <p>14:45 Plenária <i>Diálogo com atores externos</i></p> <p>16:45 Café</p> <p>17:00 Plenária <i>Apresentação da oficina – Objetivos e caminho Construção de acordos</i> <i>Avaliação do dia</i></p>	<p>14:00 Boa tarde</p> <p>14:15 Preparação da apresentação das visitas</p> <p>14:40 Plenária <i>Apresentação sobre a PNGATI</i></p> <p>16:00 Café</p> <p>16:30 Plenária <i>Talk show - Apresentação das visitas e diálogo</i></p> <p>17:30 Avaliação do dia</p>	<p>14:00 Boa tarde</p> <p>14:15 Plenária <i>Apresentação das proposições e complementação</i> <i>Diálogo final</i></p> <p>16:00 Café</p> <p>16:30 Plenária <i>Próximos passos e anúncio dos representantes para o Encontro Nacional</i></p> <p>17:00 Avaliação final e encerramento da oficina</p>

2.2.3. QUILOMBO ESTIVAS – GARANHUNS/PE

DIA 1	DIA 2	DIA 3
<p>09:20 Abertura <i>Mística</i> <i>Apresentação dos participantes</i> <i>Apresentação do caminho da oficina</i></p> <p>11:00 Café</p> <p>11:30 Momento de diálogo entre comunidades e governo</p>	<p>08:30 h Bom dia</p> <p>09:00 Plenária <i>O que entendemos por GTAQ – devolução dos elementos colhidos no dia anterior e relação com conteúdo da cartilha</i></p> <p>10:00 Visitas de campo</p>	<p>08:30 h Bom dia</p> <p>08:45 Trabalho em grupos <i>Apresentação das dimensões/eixos da GTAQ e relação com as dimensões da cartilha</i> <i>Divisão dos grupos por auto escolha</i> <i>Elaboração de proposições</i></p> <p>12:30 Apresentação da Fundação Palmares</p>
13:00 Almoço	13:00 Almoço	13:00 Almoço
<p>14:30 Plenária <i>Linha do tempo inserindo o processo GTAQ</i></p> <p>16:00 Café</p> <p>16:15 Plenária <i>O que entendemos por GTAQ – cochicho em duplas e colheita</i></p> <p>17:00 h Apresentação do ISA</p> <p>17:15 Avaliação e encerramento do dia</p>	<p>14:00 Preparação dos grupos para apresentação</p> <p>14:30 Plenária <i>Apresentação dos grupos das visitas</i></p> <p>16:00 Café</p> <p>16:30 Plenária <i>Experiência da PNGATI - apresentação seguida de perguntas e debates</i></p> <p>18:00 Avaliação e encerramento do dia</p>	<p>14:30 Plenária de apresentação dos grupos <i>Leitura das propostas, destaques, comentários e correções</i></p> <p>16:00 Café</p> <p>16:20 Próximos passos</p> <p>16:40 Encerramento da oficina <i>Avaliação</i> <i>Agradecimentos</i> <i>Entrega de certificados</i> <i>Ciranda de celebração</i></p>
19:00 Audiência pública na Câmara de Vereadores – quilombolas e povos de terreiro	20:00 Noite cultural	

2.2.4. QUILOMBO PITANGA DOS PALMARES – SIMÕES FILHO/BA

DIA 1 05/04/2018	DIA 2	DIA 3
<p>10:15 Abertura <i>Apresentações culturais e homenagem a Binho do Quilombo</i> <i>Introdução do objetivo (MMA)</i></p> <p>11:50 Plenária <i>Momento de diálogo entre comunidade e governo</i></p>	<p>9:00 Bom dia</p> <p>9:20 Preparação das Visitas de Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Introdução sobre o território</i> • <i>Apresentação de perguntas orientadoras: desafios e experiências</i> <p>09:40 Visitas de campo</p> <p>12:00 Plenária <i>Apresentação dos projetos apoiados pelo MMA</i></p>	<p>9:00 Trabalho em grupos <i>Elaboração de proposições</i></p>
<p>14:15 Almoço</p>	<p>13:00 Almoço</p>	<p>13:00 Almoço</p>
<p>15:45 Plenária <i>Apresentação da oficina e formulação de acordos</i> <i>Apresentação do ISA</i></p> <p>16:00 Plenária <i>Linha do tempo inserindo o processo GTAQ</i></p> <p>17:30 Dinâmica <i>Constelações do grupo e formação de subgrupos por estado</i></p> <p>17:40 Plenária <i>O que entendemos por território e por GTAQ? - cochicho em subgrupos por estado e colheita</i> <i>Apresentação do ISA sobre o conceito de GTAQ</i></p>	<p>14:40 – Boa tarde <i>Apresentação dos mapas</i> <i>Explicação sobre a escolha dos representantes para o Encontro Nacional</i></p> <p>15:00 Plenária <i>Função de uma política nacional – apresentação da moderação</i> <i>A Experiência da PNGATI - apresentação e dúvidas</i> <i>O contexto para uma política GTAQ e as diferenças em relação à PNGATI – apresentação da CONAQ e considerações da plenária</i></p> <p>17:00 Plenária <i>Introdução às dimensões/eixos da GTAQ</i> <i>Apresentação do Vídeo e da Cartilha da GTAQ</i></p> <p>18:00 Encerramento e avaliação do dia</p>	<p>14:30 Plenária <i>Apresentação dos grupos (leitura das propostas)</i></p> <p>15:00 Plenária <i>Próximos passos</i> <i>Definição de representantes para Encontro Nacional</i></p> <p>16:00 - Encerramento da oficina</p>

2.3. OBJETIVOS, METODOLOGIA, AJUSTES E RECOMENDAÇÕES PARA CADA ETAPA DAS OFICINAS

Este item descreve cada etapa das oficinas, mostrando sua evolução desde o momento inicial, antes de iniciar o ciclo de Oficinas Territoriais, até a conclusão e avaliação da oficina 4.

Os ajustes aqui descritos foram realizados com base na avaliação das oficinas, tanto a realizada ao final de cada uma junto aos participantes, como as avaliações envolvendo ISA, MMA, Negra Anastácia, CONAQ e equipe de moderação.

2.3.1. ABERTURA

Objetivos

- Abrir a oficina com aquiescência dos membros da comunidade anfitriã
- Dar as boas vindas aos participante, reconhece-los e saber seus territórios de origem
- Compartilhar a visão sobre a oficina

Metodologia

O momento de Mística e de boas vindas aos participantes da oficina ficou a cargo da comunidade anfitriã, na liderança do ponto focal, para que esta tivesse liberdade inserir neste momento o que achasse mais relevante para a abertura dos trabalhos.

O caráter deste momento variou de oficina para oficina entre mais político, religioso (a partir das tradições locais) e celebrativo, realizado através de homenagens, apresentações culturais (música, dança, capoeira, recitação de poesias de protesto, etc.), rezas e ladainhas, etc.

A decisão de realizar ou não a Mesa de abertura também ficou a cargo da comunidade anfitriã, assim como sua composição, no sentido de oportunizar a valorização de parcerias locais sendo realizada com os atores.

Das quatro oficinas, somente a de Frechal não teve Mesa de abertura, também porque a sessão de Diálogo entre quilombolas e governo foi somente no terceiro dia, quando ocorreu a presença mais forte de parceiros e representantes de órgãos locais. Nas outras três oficinas, aproveitou-se a fala do MMA e do ISA na mesa para tratar rapidamente do processo de construção da Política Nacional de GTAQ e dos objetivos da Oficina territorial.

Para ser mais enxuta e não demandar muito tempo, a apresentação dos participantes focou no nome e local de cada participante, com alguma variação na forma de a moderação conduzir este momento em cada oficina, sempre visando torna-lo mais divertido, descontraído e envolvente.

Por fim, a abertura terminou com a apresentação dos objetivos e do caminho da oficina, feita de forma resumida e didática para facilitar a compreensão pelos participantes, assim como a elaboração de acordos para o bom andamento dos trabalhos.

Resultados

- Licença para chegar na comunidade e abrir os trabalhos, também a partir do respeito aos mais velhos

- Quebra gelo e integração inicial dos participantes.
- Valorização de parcerias locais.
- Nivelamento da compreensão da oficina territorial (objetivos, caminho, resultados esperados).

Dificuldades e ajustes realizados

- Esta etapa tomou muito tempo em algumas oficinas, e foi difícil ter controle porque a mística e mesa de abertura são de reponsabilidade da comunidade, sem governabilidade do ISA para sua execução. Em alguns casos não foi possível recuperar este tempo, e deixou-se de apresentar os objetivos e aminho da oficina, terminando o dia com os participantes ainda sem saber o foco do trabalho nos três dias.

Sugestões para próximas oficinas

- Pautar bem o ponto focal para pensar a programação de abertura de forma a conciliar as expectativas e demandas da comunidade com o tempo disponível para este momento.

2.3.2. MOMENTO DE DIÁLOGO ENTRE QUILOMBOLAS E GOVERNO

Objetivos

O momento de diálogo entre os quilombolas e os representantes dos órgãos de governo presentes foi pensado a partir de uma demanda que surgiu na 1ª Oficina Nacional, colocada pelos próprios quilombolas, frente à ausência do Estado nos territórios e à possibilidade de aproveitar da oficina como espaço para os quilombolas colocarem suas demandas represadas.

Sendo assim, o objetivo desta etapa foi criar um momento aberto para os quilombolas apresentarem suas queixas, visões, demandas e perguntas aos órgãos de governo, sejam os federais, estaduais ou municipais.

Metodologia

Ficou sob responsabilidade de cada território definir se este momento de diálogo seria no início ou no final da oficina. Somente o Quilombo do Frechal decidiu-se por realiza-lo no final.

Este momento foi facilitado pela CONAQ e as demandas colocadas pelos quilombolas foram respondidas pelos representantes dos órgãos governamentais presentes e/ou estes órgãos se comprometeram a encaminhar estas demandas para os responsáveis.

Além deste momento, foram realizados momentos paralelos de diálogo com determinados órgãos. No caso de Estivas, teve-se ainda a Audiência Pública na Câmara de Vereadores do município de Garanhuns, também presidida pela representante da CONAQ/Negra Anastácia.

Resultados

Nas oficinas em que esta etapa aconteceu no início, serviu como um momento inicial para maior compreensão da realidade, trazendo à tona as questões mais relevantes no território e/ou no contexto regional.

Por outro lado, na oficina no Quilombo Frechal este momento foi muito mais rico e bem aproveitado pelos quilombolas, pois ao final da oficina estes estão mais integrados, preparados e alinhados para dialogar com os órgãos de governo.

Dificuldades e ajustes realizados

Não raro, este momento acaba criando expectativas nos participantes, e a ausência de alguns órgãos de governo, seja federal, estadual ou municipal, assim como a não governabilidade dos representantes presentes sobre as questões trazidas pelos quilombolas, acabou por frustrar as expectativas, com o risco de gerar desânimo e desmobilizar o grupo para o trabalho.

Sugestões para próximas oficinas

- Acordar com o ponto focal para excluir este momento da oficina ou realiza-lo no final.
- Acordar previamente com o ponto focal o roteiro para a abertura da oficina e para o diálogo entre comunidade e governo, trazendo à consciência os limites de tempo para estas atividades.
- Neste momento de diálogo é bom ter atenção para a disposição das cadeiras, para não criar uma sensação de hierarquia do governo para com os quilombolas.

2.3.3. O HISTÓRICO DO MOVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GTAQ

Objetivo

- Localizar o processo de construção em torno da GTAQ a partir de uma reconstrução do histórico de luta do movimento.
- Promover o entendimento dos passos já realizados e a serem realizados para a construção de elementos que irão compor a Política Nacional de GTAQ.

Metodologia

O histórico do movimento desde 1980 foi feito através da construção de uma Linha do tempo, a partir de uma base já elaborada nos moldes da facilitação gráfica, onde já eram pontuados alguns marcos mais gerais (a exemplo da Constituição Federal de 1988).

A moderação foi feita pela Katia e/ou Ronaldo, como membros da Negra Anastácia, com apoio de representantes da CONAQ e de técnicos do MMA. Quando solicitado pelos responsáveis por esta atividade, a equipe de moderação das oficinas apoiou no registro dos marcos na Linha do Tempo.

No decorrer da construção, a Katia e/ou Ronaldo pontuavam alguns marcos e estimulavam os participantes através de perguntas a complementar a Linha do tempo com outros acontecimentos significativos.

Resultados

Este trabalho foi bastante mobilizador em todas as oficinas, contando com o interesse e participação dos presentes, e importante para rememorar e socializar a história entre os presentes, incluindo aqui não só os quilombolas, mas também os representantes de órgãos de governo e parceiros.

Considerando que entre os quilombolas havia uma diversidade de situações em termos de tempo de engajamento no movimento, esta etapa promoveu a valorização da história e a maior consciência do coletivo sobre os esforços, desafios e conquistas na luta por direitos.

Possibilitou levantar marcos importantes em cada região do Brasil, gerando um conteúdo riquíssimo, relacionado a acontecimentos promovidos pelo movimento (criação de entidades representativas; realização de eventos como marchas e encontros; etc.); aos marcos no processo de regularização fundiária dos territórios de cada região; às conquistas e retrocessos (criação de marcos legais, políticas e programas; ameaças aos mesmos); entre outros elementos. Estes acontecimentos são relacionados tanto a cada território com representação na oficina, como ao âmbito estadual, nacional e internacional.

O conteúdo gerado foi condicionado pelo perfil do grupo em cada oficina. No Quilombo Frechal por exemplo, se tinha a presença de lideranças mais antigas do movimento a nível nacional, o que permitiu lembrar fatos históricos desta luta. Já no Quilombo Pitanga dos Palmares, os participantes eram lideranças mais locais, trazendo elementos históricos mais relacionados a seu contexto micro. Espera-se que na junção destas Linhas do Tempo se tenha uma riqueza de elementos em todos os âmbitos.

A linha do tempo finalizava no momento presente, ou seja, na Oficina Territorial. E ao chegar neste momento, era feita uma explanação para contextualizar o processo de construção da PNGTAQ no caminho de luta por direitos (vale lembrar que este era o objetivo principal desta atividade), mostrando os passos já dados no ciclo de oficinas realizado em 2015/2016 e as perspectivas para o processo atual.

Dificuldades e ajustes realizados

Apesar de o objetivo principal do trabalho ser o de promover o entendimento do processo de construção em torno da GTAQ no histórico de luta do movimento, rememorar o histórico foi tão mobilizador que acabou colocando em segundo plano a explicação do processo.

Isso porque frente ao grande envolvimento dos participantes na atividade, o tempo estimado inicialmente não foi suficiente, e foi preciso ajusta-lo e buscar uma maior rigidez dos moderadores desta etapa para concluir a atividade em 2 horas.

Pelo fato de tomar muito tempo para sua elaboração, não foi possível aproveitar mais a Linha do Tempo na reflexão do que o histórico do movimento traz de indicativos e lições para o processo de construção da Política de GTAQ.

O processo de diálogo e construção em torno do Cadastro Ambiental Rural para as comunidades quilombolas foi localizado na Linha do Tempo e gerou muitas perguntas, o que demonstrou a falta de informação entre os participantes sobre este instrumento e a necessidade de compreendê-lo mais a fundo. No entanto, não foi possível abrir esta discussão pela questão de tempo que demandaria.

Sugestões para as próximas oficinas

- A partir do painel da Linha do tempo pré-elaborado, começar enfatizando o momento atual e o que já aconteceu no processo de construção da política de GTAQ (incluindo o ciclo de oficinas em 2015 e 2016), mostrando onde se pretende chegar com este novo ciclo. Depois destacar que este processo é fruto de uma caminhada histórica, e então começar sua rememoração e a elaboração da Linha do Tempo desde 1980.

- Ao final desta etapa, garantir um momento para a reflexão sobre que indicativos e lições podem ser tirados da caminhada histórica do movimento para iluminar a construção da Política de GTAQ. Ou então fazer esta reflexão no momento de discutir a importância de uma Política de GTAQ.
- Ao surgir o assunto do CAR, identificar no grupo quantos tem interesse de entender melhor o assunto e sugerir um momento à noite para conversar. Também se pode incluir algum material com informações sobre o CAR no *pendrive* entregue aos participantes ao final da oficina.

2.3.4. COMPREENSÃO DO CONCEITO DE GTAQ

Objetivo

- Socializar e ampliar a compreensão sobre o conceito de gestão territorial e ambiental e sua importância para os TQs.

Metodologia

Esta etapa foi planejada para acontecer ao final do primeiro dia, tendo como pressuposto que a construção de conhecimento deve ser feita a partir da experiência e do entendimento dos próprios participantes.

O levantamento e socialização deste conhecimento aconteceu em plenária, a partir de perguntas geradoras do diálogo, a saber:

- O que entendemos por território quilombola?
- O que é gestão territorial e ambiental para nós?
- Por que é importante?
- Como fortalecer esta gestão nos territórios quilombolas?
- Como dar mais força para estas práticas de gestão que já fazemos em nossos territórios?

Este rol de perguntas compôs um roteiro pré-definido, mas conforme cada situação e a resposta do grupo, a moderação decidiu quais seriam as perguntas mais relevantes e adequadas para gerar o diálogo.

Após a segunda oficina, avaliou-se que em algumas situações seria pertinente complementar os elementos do grupo com uma apresentação de aspectos conceituais e exemplos práticos sobre o tema, a ser realizada pelo ISA após o diálogo em plenária. Esta complementação foi realizada no Quilombo Pitanga dos Palmares, mas não foi necessária no Quilombo Estivas. Neste momento, também foram lembrados os conceitos de GTAQ que estão na cartilha, elaborada como resultado do primeiro ciclo de oficinas.

Resultados

Os principais resultados gerados nesta etapa foram:

- Nivelamento e compreensão mais ampliada do conceito de gestão territorial e ambiental, garantindo assim o aspecto formativo da oficina.
- Preparação dos participantes para a construção de proposições para a Política de GTAQ.

- Elaboração de conteúdo que possa compor a minuta final, relacionado ao conceito de gestão territorial e ambiental, a seus objetivos e aos princípios para sua realização nos territórios quilombolas.

Dificuldades e ajustes realizados

Na primeira oficina (Quilombo Frechal), esta construção sobre o conceito de gestão territorial e ambiental aconteceu a partir do levantamento e reflexão sobre os desafios da vida no território e as experiências de gestão. No entanto, o diálogo acabou ficando muito centrado nos desafios enfrentados no território.

Na segunda oficina (Quilombo Ribeirão Grande), devido aos atrasos no primeiro dia causados pelas atividades de abertura da oficina realizadas pela comunidade, esta etapa não foi trabalhada e buscou-se inserir esta reflexão e diálogo sobre o conceito de GTAQ no decorrer das outras etapas.

Na terceira e quarta oficina optou-se por inverter esta ordem: a construção do conceito de gestão territorial e ambiental aconteceu logo após o trabalho com a Linha do Tempo. Assim, foi possível focar o diálogo para o grupo pode ampliar sua compreensão do tema em questão

Esta inversão aconteceu também com o objetivo de possibilitar que os participantes estivessem relativamente mais apropriados do conceito de gestão territorial e ambiental antes de refletirem sobre suas práticas de gestão a partir da realidade dos territórios. Vale destacar que esta apropriação é gradativa, e portanto os elementos gerados nesta etapa devem sempre ser lembrados nas etapas seguintes, quando novos elementos podem ser agregados.

Neste sentido, com vistas à consolidação do conceito de GTAQ entre os participantes, na oficina no Quilombo Estivas a moderação retomou no dia seguinte os elementos do conceito trazidos pelos participantes no primeiro dia, através de uma apresentação em tarjetas para facilitar a visualização. Por ter sido logo antes das visitas de campo e o grupo estar ansioso para tal, este momento não foi bem aproveitado. Mas vale reforçar a importância deste passo, pois além de contribuir para fixar o conceito, ajuda a preparar o olhar do grupo para a visita, no intuito de focar na percepção sobre a gestão do território.

Também foi observado que alguns participantes não tiveram atendida sua expectativa de acessarem novas informações sobre GTAQ através de apresentações, vídeos e outros materiais.

Sugestões para as próximas oficinas

- Garantir um momento nesta etapa ou na etapas seguintes para resumir o conteúdo gerado no diálogo em plenária, de forma que facilite sua visualização e fixação pelo grupo.
- Além da cartilha e do vídeo sobre GTAQ, inserir no pen drive outros materiais de estudo sobre o tema.

2.3.5. CONHECENDO OS TERRITÓRIOS E AS EXPERIÊNCIAS DE GTAQ

Objetivos

- Sensibilizar para importância da GTA a partir da vida concreta (troca de informações e experiências sobre as formas de uso do território e seus recursos e suas implicações e problemas).
- Trocar informações e ampliar o conhecimento sobre a realidade relacionada às diferentes dimensões da GTA.
- Identificar estratégias existentes e possíveis de GTA nos territórios.

Metodologia

Na primeira oficina, esta etapa foi realizada através de três passos: o mapa falado da vida nos territórios, visitas de campo na comunidade anfitriã e apresentação de projetos apoiados pelo MMA. Cabe mencionar que a Mesa de Diálogo entre Quilombolas e Governo, de certa forma, também possibilitou a apresentação de elementos sobre o contexto local e regional, contribuindo para a caracterização.

A atividade do mapa falado foi orientada pelo pressuposto de que o termo “práticas de gestão” não estaria internalizado pelos quilombolas. Assim, optou-se pelo caminho de caracterizar os elementos considerados importantes para a vida no território. A ideia era explicitar a forma quilombola de fazer a gestão para posteriormente embasar a construção do conceito. E ainda captar a diversidade dos territórios para que a política assim reflita os diferentes contextos regionais. Este trabalho foi apoiado pelo uso de mapas e um roteiro a ser usado como “pano de fundo” pela moderação para conduzir os diferentes trabalhos em grupo: (i) caracterização do território com o mapa falado, (ii) visitas e (iii) posteriormente a elaboração de proposições. O roteiro da caracterização abordava aspectos do uso e ocupação do espaço, as mudanças ao longo do tempo, experiências de GTA, ameaças e desafios.

A partir da segunda oficina não foi realizado o mapa falado, pois avaliou-se que não era um passo prioritário frente a tantas outras demandas de trabalho em somente 3 dias de oficina. A primeira atividade estruturada de caracterização da realidade foi a visita de campo, realizada no segundo dia. A proposta das visitas era identificar em campo os desafios e experiências de gestão com ênfase num recorte temático que seria o mesmo das proposições para a política de GTAQ (ver temas no item 2.3.7). O roteiro utilizado na primeira oficina contendo perguntas orientadoras foi resumido para orientar a moderação durante as visitas. Após a realização das visitas, os grupos faziam uma breve conversa para chegar a algumas conclusões e preparar a apresentação em plenária a partir de fotos e vídeos coletadas nas visitas.

Complementando a apresentação de práticas de gestão, as oficinas do Maranhão e Bahia contaram com representantes dos projetos de GTA apoiados pelo MMA que puderam partilhar as experiências e resultados. No caso da Bahia este momento foi preparado com antecedência possibilitando utilizar slides com fotos que enriqueceram bastante a apresentação.

Resultados

Em suas diferentes formas e atividades, a caracterização possibilitou aos participantes conhecer e trocar percepções sobre: modo e condições de vida, tradições culturais, paisagem, desafios, experiências positivas, inovações, ameaças externas, acesso a políticas públicas. Com isso, revelou-se a diversidade e similaridade de contextos representados em cada oficina regional.

Embora fosse mantida a especificidade que cada participante trazia sobre seu território, criou-se também uma imagem comum para servir de referência para as proposições.

Dificuldades e ajustes realizados

Sobre a construção do mapa falado em grupo constatou-se o seguinte:

- Embora partiu-se do da premissa de que a compreensão do conceito de GTA entre os participantes era bastante diversa e isso demandava sua construção a partir das práticas concretas, percebeu-se que a caracterização da realidade e destas práticas tornava-se muito abrangente e a complexidade da vida nos territórios estava se sobrepondo ao foco na gestão – objetivo maior da oficina.
- Realizar trabalhos em grupo no momento da caracterização enfatizavam demasiadamente o processo mental, deixando a oficina mais densa.

Frente a estas duas constatações a seguir, o mapa falado foi suprimido e a caracterização aconteceu somente nas visitas de campo, sendo precedida pelo diálogo sobre a compreensão do conceito de GTA antes da caracterização, visando assim direcionar o olhar dos participantes nas atividades de percepção da realidade.

Em relação às visitas de campo, nas duas primeiras oficinas foi feita a divisão do grupo e a definição das visitas por temas. No entanto, percebeu-se que a conversa fluía de acordo com o interesse de cada pessoa e com o que se via na visita, sem se prender ao recorte predeterminado. Assim, o recorte temático foi mantido, mas de forma geral, sem preocupação de engessar o processo da visita.

Os participantes fizeram as visitas em grupos menores ou todos juntos a depender das condições de logística em cada território. A plenária de partilha das visitas só não ocorreu no Quilombo Pitanga dos Palmares, pois nesta oficina o grupo não foi dividido em subgrupos para as visitas. Nas outras manteve-se a plenária, que é bastante valiosa, mas demanda muito tempo para preparar e apresentar.

Sugestões para próximas oficinas

Esta etapa da oficina deve tornar visível e compartilhada a realidade para que os elementos e proposições para a política nacional de GTA reflitam as necessidades reais de cada território e região. O principal aprendizado para as oficinas seguintes foi de que este mergulho na realidade deve acontecer com foco mais claro na Gestão dos Territórios, o que pode ser concretizado das seguintes formas:

- Denominar esta etapa como **CARACTERIZAÇÃO DA GTAQ NO TERRITÓRIO** e não mais de caracterização da **VIDA NO TERRITÓRIO**.
- Valorizar as experiências e práticas de gestão, quando existirem.
- Identificar previamente (com o ponto focal e parceiros ou conversando diretamente com os participantes nos momentos de intervalo e de alimentação) experiências concretas de GTAQ que os participantes possam para compartilhar, criando um momento estruturado para isso.
- Apresentação pelos próprios executores dos projetos apoiados pelo MMA.
- Enfatizar e ajustar a "lente" da GTA antes da realização da visita através de:
 - um momento de contextualização geral sobre o território anfitrião enfatizando as experiências locais de GTA;
 - introduzir uma dinâmica de "sensibilização para o olhar" (*máquina fotográfica* por exemplo, que pode ser feita no bom dia).
- Diminuir o número e densidade dos trabalhos em grupo, substituindo por momentos de diálogo conjunto, mesmo que sejam mais superficiais (como "cochichos" em duplas ou trios com posterior colheita em plenária). Esta pode ser uma forma de

trabalho para não suprimir totalmente a “digestão” após as visitas de campo, possibilitando colher um pouco das principais percepções quanto aos desafios e experiências que subsidiarão as proposições. E ainda, registrar ao longo dos dois primeiros dias subsídios que surgirem em termos de desafios e experiências (inclusive durante as visitas), para retoma-los no trabalho em grupo de elaboração de proposições.

2.3.6. COMPREENSÃO DA IMPORTÂNCIA DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE GTAQ

Objetivos

- Nivelar o entendimento da importância de se ter uma estratégia ou uma política a nível nacional que promova a GTAQ.
- Conhecer a experiência dos povos indígenas com a construção e implementação da PNGATI como uma referência que possa inspirar o processo de construção de uma estratégia ou política nacional para a GTAQ.

Em relação a estes objetivos, vale lembrar que, como já foi colocado anteriormente, na primeira oficina se falava em estratégia nacional de GTAQ, mas a partir da segunda oficina passou-se a tratar do processo como sendo de construção de uma Política Nacional de GTAQ.

Metodologia utilizada e resultados alcançados

Esta etapa foi trabalhada em plenária entre a etapa de entendimento da realidade e das experiências de GTAQ e a etapa de construção de proposições. Isto porque considerou-se mais adequado ir trabalhando gradativamente nos dias 1 e 2 a compreensão do conceito de gestão territorial e ambiental, das experiências de gestão já em curso e dos desafios dos territórios que devem ser superados no processo de gestão, e somente a partir desta compreensão, abordar a importância de se ter uma estratégia ou política nacional que possa apoiar a GTAQ.

A esta reflexão e diálogo sobre importância de se ter uma estratégia ou política nacional que possa apoiar a GTAQ, realizada a partir da percepção dos participantes, foi atrelada a apresentação do processo de construção e implementação da PNGATI, como um exemplo de política que favorece a gestão de territórios tradicionais.

Para tal, contou-se com a participação de uma liderança indígena no decorrer da oficina e sua contribuição nesta etapa, exceto na oficina realizada no Quilombo Frechal, onde os representantes de governo envolvidos na construção da PNGATI e que de alguma forma acompanham sua implementação abordaram este assunto. As lideranças indígenas presentes nas oficinas foram as seguintes:

- Quilombo Ribeirão Grande/SP- Cacique Timóteo, Guarani, Terra Indígena Taquari, Eldorado-SP
- Quilombo Estivas/PE – Chico Apurinã, COIAB/Acre
- Quilombo Pitanga dos Palmares/BA – Adroaldo (Duco), Kaingang, Chapecó/SC

A partir da apresentação sobre a PNGATI, esperava-se que os participantes fizessem a correlação da experiência indígena com o contexto quilombola. No entanto, este diálogo foi bastante breve, limitando a compreensão ampliada sobre a importância de uma política de GTAQ e as perspectivas para sua elaboração e implementação.

A avaliação da equipe de moderação juntamente com o ISA da experiência das oficinas 1 e 2 levou à reformulação desta etapa, para acontecer nos seguintes passos:

- Ampliação da compreensão sobre o processo de construção e implementação participativa de uma política pública.
- Reflexão sobre a importância de uma política nacional de GTAQ.
- Apresentação da experiência de construção e implementação da PNGATI como estratégia de fortalecimento da gestão de Terras Indígenas.
- Reflexão sobre as especificidades do contexto quilombola em relação à experiência dos povos indígenas com a PNGATI.

O primeiro passo foi planejado para acontecer através de uma breve explanação do fluxo de elaboração e implementação de uma política pública com envolvimento da sociedade civil, tendo o diagrama a seguir como um suporte à apresentação.

Na oficina do Quilombo Pitanga dos Palmares isto foi realizado pela moderação. Na oficina do Quilombo Estivas optou-se por não fazer este passo, já que esta reflexão foi feita no diálogo em plenária pelo Antonio Crioulo, liderança do Quilombo Conceição das Crioulas. No entanto, avaliou-se em seguida que uma breve explanação com o diagrama poderia ter reforçado de forma didática a reflexão já trazida por ele.

Diagrama para explanação do processo de construção e implementação de política pública com envolvimento da sociedade civil



Feito este passo, a moderação estimulava uma breve reflexão sobre a importância de uma política de GTAQ, como uma introdução para a apresentação da PNGATI pela liderança indígena presente.

A apresentação da PNGATI na oficina no Quilombo Frechal e no Quilombo Estivas focou tanto na sua importância para as terras indígenas e na sua implementação, como no processo de elaboração (que aconteceu através da construção prévia em um grupo de trabalho paritário com representantes governamentais e indígenas, seguido e de um amplo processo de consulta a nível nacional).

Já nas oficinas no Quilombo Ribeirão Grande e no Quilombo Pitanga dos Palmares, o processo de elaboração da PNGATI não foi abordado de forma significativa, exceto no sentido de enfatizar o esforço de construção em contraponto ao pouco resultado de implementação. Aqui vale lembrar que a representação indígena no Quilombo Estivas era do estado do Acre, enquanto nas duas outras oficinas foram lideranças do sudeste e do nordeste, onde a implementação concreta da PNGATI está bem aquém do que ocorre na Amazônia.

Por um lado, se o objetivo é inspirar os quilombolas para o processo de construção da política nacional de GTAQ, a ênfase dada pelos indígenas nas lacunas de implementação da PNGATI pode ser desencorajador. Por outro lado, traz a realidade para a qual os quilombolas também deve se preparar no futuro. Neste sentido, a própria Linha do Tempo construída no primeiro dia de oficina mostra as diversas conquistas em termos elaboração de marcos legais e políticas públicas elaboradas.

Por isso o último passo desta etapa é essencial, pois permite relacionar a experiência indígena com a quilombola, elucidando as semelhanças e diferenças no contexto territorial e no processo político de cada povo, e apontando os desafios no processo de construção e implementação da política de GTAQ.

Este passo aconteceu de forma mais significativa na Oficina de Pitanga dos Palmares, a partir de uma reflexão introduzida pelo Ronaldo (como representante da Negra Anastácia), fazendo referência também ao processo contínuo de luta, conquista e ameaças a direitos que ficou explícito na Linha do tempo. Esta fala do Ronaldo suscitou um diálogo bastante engajado e frutífero entre os presentes, servindo também como um momento de formação política, que reforçou a compreensão da relação entre movimento quilombola e o Estado e do envolvimento e atribuições do movimento na luta pela elaboração e implementação de políticas públicas.

Na oficina do Quilombo Estivas esta reflexão foi trazida por Antonio Crioulo, mas não foi de forma tão estrutura e mobilizadora do diálogo no grupo como relatado no parágrafo anterior.

Sugestões para as próximas oficinas

Além de manter os passos que foram replanejados após a segunda oficina, sugere-se reforçar os seguintes aspectos:

- Buscar convidar lideranças indígenas que em seus relatos possam relatar tanto o processo de elaboração como de implementação da PNGATI.
- Garantir que a liderança indígena participe desde o primeiro dia da oficina, para estar relativamente mais contextualizada no processo de elaboração da política de GTAQ, e pauta-la sobre os aspectos importantes de abordar na apresentação da PNGATI.

- Se a equipe perceber que a liderança indígena não tem elementos sobre o processo de elaboração da política, pode fazer uma breve apresentação inicial sobre isto.
- Logo após a apresentação da PNGATI, inserir de forma mais estruturada uma fala de um quilombola (que esteja previamente preparado para tal) relacionando esta experiência dos povos indígenas com a experiência em curso dos quilombolas, pontuando semelhanças e diferenças, como uma introdução e estímulo para o diálogo em plenária, onde os participantes colocarem sua visão.
- Esta fala pode fazer referência à Linha do tempo, para a partir do que nela foi revelado, reforçar a importância da atuação contínua do movimento quilombola para avançar na conquista e concretização de direitos

2.3.7. CONSTRUÇÃO DE ELEMENTOS PARA A POLÍTICA NACIONAL DE GTAQ

Objetivos

- Apontar demandas e elaborar propostas que possam orientar e servir de subsídios para as diretrizes e objetivos específicos da futura Política Nacional de GTAQ, contribuindo assim para que esta considere as diferentes realidades dos territórios em cada região do país.

Metodologia utilizada e resultados alcançados

A construção de proposições foi feita através de trabalho em grupos.

A partir da revisão do conteúdo da Minuta gerada no ciclo de oficinas realizado em 2015 e 2016 e da cartilha sobre GTA elaborada pelo GT GAT, foram definidas sete dimensões para orientar o diálogo e a construção de conteúdo, assim como sua sistematização em uma nova Minuta ao final deste segundo ciclo de oficinas:

1. Integridade do território
2. Cultura quilombola
3. Conservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais
4. Produção, segurança alimentar e renda
5. Saúde
6. Educação formal e informal
7. Organização social e política

Para cada tema foi definido um rol de aspectos passíveis de serem abordados no decorrer das oficinas (vide em Anexo 4.4), utilizados como “pano de fundo” pela moderação na condução dos trabalhos em grupo.

Na primeira oficina formou-se um grupo para cada dois temas, com a possibilidade de cada pessoa participar e trazer suas contribuições em dois grupos. No entanto, este sistema de rodízio não funcionou, pois se teve pouco tempo para o trabalho. A partir da segunda oficina o trabalho de grupo tomou quase toda a parte da manhã do último dia, com os participantes se dividindo por auto escolha nos seguintes grupos:

- Organização Social, Cultura e Educação
- Integridade do Território, Conservação Ambiental
- Saúde, Produção, segurança alimentar e renda

Após a oficina 2, percebeu-se a importância de retomar nesta etapa os principais marcos legais e políticas públicas já existentes que tem relação com cada dimensão e uma possível interseção com a futura Política Nacional de GTAQ. Isto foi realizado nas oficinas 3 e 4, contribuindo para:

- Manter o foco na GTAQ, evitando que os participantes usassem muito tempo do trabalho em grupo para construir propostas já definidas em outras políticas e marcos legais.
- Enriquecer as propostas para a Política de GTAQ a partir da referência a elementos de outros marcos legais e políticas.
- Promover a troca de informações entre os participantes sobre marcos legais e políticas e seu conteúdo, como um passo formativo e informativo.

Um desafio relevante desta etapa é a construção de proposições focadas na GTAQ. Para tal, foram feitos os seguintes esforços:

- Ajuste do roteiro de aspectos em cada dimensão da GTAQ.
- Ajuste da etapa "Entender a GTAQ a partir da realidade dos territórios", buscando um maior foco no levantamento de experiências de gestão e na identificação de desafios no território que sejam relevantes para a GTAQ.
- Retomada de marcos legais e políticas já existentes que tem interseção com a GTAQ.

Mesmo com estes esforços, as proposições foram além do escopo pretendido, reflexo da carência histórica em que as comunidades quilombolas têm no acesso às políticas e serviços públicos, especialmente o longo caminho de regularização fundiária, desde a certificação das comunidades até a titulação dos territórios.

O conteúdo dos trabalhos em grupo nesta etapa compreendiam três aspectos: desafios, experiências ("o que está acontecendo de bom") e como uma política de GTA pode contribuir para superar os desafios e potencializar as experiências (proposições). Os elementos relacionados cada um destes aspectos gerados nas etapas anteriores da oficina foram sistematizados pela moderação e resgatados nesta etapa, contribuindo para direcionar e aquecer o trabalho em grupo.

Na dinâmica de construção coletiva buscou-se o protagonismo dos representantes quilombolas. Parceiros locais e representantes de governo foram orientados a contribuir apoiando na redação das proposições mais do que na elaboração de conteúdos, assim como informando sobre o escopo de outras políticas existentes.

Por fim, o resultado de cada grupo foi apresentado em plenária, onde os participantes puderam complementar e apontar necessidades de ajustes nas proposições. Como resultado desta etapa, foram gerados subsídios para diferentes elementos da política – objetivo geral, diretrizes, instrumentos e objetivos específicos. Vale destacar que este conteúdo ainda deverá ser sistematizado e lapidado para chegar a uma formulação final de política.

Dificuldades e ajustes realizados

- Na primeira oficina foi experimentada a dinâmica de carrossel para complementação das proposições, mas o tempo foi insuficiente. Assim, nas demais foi realizada a plenária.

- Redução do tempo disponível da plenária em função da saída antecipada de participantes na Bahia prejudicou uma complementação mais qualificada das proposições e frustraram alguns participantes.
- As proposições estão mais amplas do que aquelas que podem ser abarcadas por uma Política Nacional de GTAQ. Como descrito no item anterior, foram feitos ajustes para lidar com esta questão, mas ainda assim se teve dificuldade de chegar a proposições mais focadas.

Sugestões para próximas oficinas

- A moderação deve conduzir o diálogo entre os participantes de forma a promover um maior foco no tema da GTAQ, assim como redigir as proposições de uma forma mais aproximada à redação de uma política pública, sempre checando a formulação com os participantes.
- Um novo recorte temático de cada grupo pode ajudar os participantes a focarem na GTAQ e a fortalecer o viés ambiental das proposições. Assim, sugere-se que os grupos sejam recompostos da seguinte forma:
 - Cultura, formação e organização para gestão
 - Integridade do Território, Conservação Ambiental
 - Atividades produtivas

2.3.8. PRÓXIMOS PASSOS E ENCAMINHAMENTOS

Objetivo geral

Esta etapa visou que os participantes compreendessem os próximos passos do processo e definissem os 6 representantes da região para ir ao Encontro Nacional em Brasília.

Metodologia utilizada e resultados alcançados

Este momento ficou sob responsabilidade da Negra Anastácia.

Não se teve uma explicação mais aprofundada sobre os próximos passos do processo, incluindo o Encontro Nacional, e provavelmente muitos saíram da oficina sem saber ao certo quais os desdobramentos do trabalho.

Já no início do dia era solicitado aos participantes que se reunissem por estado para definirem seus representantes para o Encontro Nacional. Ao final da oficina, justamente nesta etapa, os nomes eram anunciados.

Em algumas oficinas esta definição foi polêmica, devido ao número reduzido de vagas para alguns estados com uma população quilombola relativamente maior que outros e com experiências significativas. Frente a isto, foi cogitada a possibilidade de se conseguir mais recursos para ampliar o número de participantes de alguns estados no Encontro Nacional.

2.3.9. FECHAMENTO DA OFICINA

Nesta etapa é realizada a avaliação da oficina pelos participantes, os agradecimentos, e entrega de certificados e uma celebração final, em geral preparada pela comunidade.

Em relação a avaliação, a CONAQ enfatizou que a avaliação em grupo não funciona bem, então optou-se por fazê-la em plenária, o que leva bastante tempo, pois muitos participantes se colocam, e até de forma meio repetitiva. É preciso buscar uma forma de tornar este passo mais dinâmico.

2.4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS OFICINAS

Neste item são apresentados alguns pontos sobre as oficinas que não são específicos a uma determinada etapa do caminho, mas sim ao processo como um todo.

2.4.1. TEMAS RELEVANTES

Além da GTAQ, esperava-se abordar no processo a questão das mudanças climáticas. Definiu-se como caminho para tal captar a percepção dos quilombolas sobre as mudanças no ambiente, trazendo à consciência seus fatores causadores, que podem ser macro e fora da governabilidade da comunidade (como com as mudanças climáticas) ou a partir de fatores micro, mais localizados (ex.: desmatamento de uma nascente dentro do território).

Na primeira oficina se tinha a expectativa de colocar este tema no centro do debate, mas logo percebeu-se que no pouco tempo de oficina, isto não foi possível, pois demandaria uma oficina em si.

Após a primeira oficina chegou-se a pensar em criar um momento para mapear as mudanças no ambiente ao longo do tempo, para então pensar como as estratégias de gestão do território devem considerar estas mudanças. No entanto, no estabelecimento de prioridades dentro das etapas da oficina, não foi possível inserir esta atividade. E esta percepção foi trabalhada principalmente durante as visitas de campo.

Outro tema relevante ao processo de construção e implementação da política de GTAQ é a Consulta Livre Prévia e Informado. Este tema apareceu com força em todas as oficinas, seja nos trabalhos em grupo, nas visitas de campo e nos diálogos em plenária, assim como nas proposições para a política.

2.4.2. PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS QUILOMBOLAS DURANTE AS OFICINAS

Um desafio enfrentado em todas as oficinas foi equilibrar o tempo de cada um falar e promover a participação de todos os presentes.

Considerando a cultura da oralidade, os momentos de diálogo são preciosos para a troca e construção de conhecimento. Mas a tendência observada é que uma parte do grupo fale bastante, mais e outra parte fique mais observando, em especial nas conversas em plenária. Nos trabalhos em grupo tem-se uma participação mais ampliada dos quilombolas em geral, mas ainda assim alguns não se colocam muito.

Um ponto a ser compreendido melhor é até que ponto todos estão acompanhando a discussão e os conteúdos gerados. A moderação teve o cuidado de sempre repetir e reforçar os elementos novos que foram surgindo no decorrer de cada oficina, mas isso gerou incômodos em parte do grupo. Vale entender se o incômodo foi geral ou se a deve-se manter a estratégia de avançar nos trabalhos com mais cautela para todos acompanharem.

Neste sentido, também é importante garantir, sempre que a infraestrutura permitir, a visualização dos elementos gerados no decorrer da oficina, para que os participantes possam sempre rever algum ponto. E o registro visual dos elementos deve ser feito pela moderação, evitando solicitar aos participantes que escrevam em tarjetas, pois verificou-se que se sentem constrangidos neta situação.

2.4.3. PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS MEMBROS DO GT GTAQ

Representantes dos órgãos do governo federal que compõem o GT GTAQ participaram das quatro oficinas, trazendo contribuições importantes em relação aos marcos legais e políticas e programas públicos existentes, em especial no momento de elaboração de proposições.

Considerando que o protagonismo do processo deve ser dos quilombolas, buscou-se garantir que os representantes de governo atuassem como apoio, deixando o espaço para a construção a partir dos quilombolas. Para tal, a partir da segunda oficina criou-se um momento ao final de cada dia para uma avaliação envolvendo a equipe responsável pela execução da oficina e os representantes dos órgãos do GT GTAQ, com vistas a alinhar a programação e fazer acordos para o dia seguinte.

No momento de diálogo entre comunidades e governo, os representantes assumiram a responsabilidade de registrar as demandas colocadas pelos quilombolas, responder àquelas que estivessem sob sua governabilidade e encaminhar as outras a quem for responsável. É importante que no Encontro Nacional os órgãos de governo façam uma devolutiva aos quilombolas que estarão presentes.

2.4.4. RELAÇÃO COM O PONTO FOCAL

O ponto focal cumpriu um papel essencial na organização e realização das oficinas.

Nas quatro oficinas o ponto focal ficou bastante absorvido durante a oficina na logística e outras funções e não pode participar dos trabalhos. Por isso é importante ter outras pessoas chave da comunidade envolvidas na oficina, para que a direção da comunidade acompanhe os trabalhos e seus desdobramentos.

A comunicação com os pontos focais fluiu bem, mas percebeu-se que algumas questões não são passíveis de serem tratadas a distância, a exemplo da organização antecipada das visitas de campo, que ficam em segundo plano em meio a outras tarefas tão urgentes que o ponto focal já assume.

O ponto focal é responsável pela definição e organização da abertura da oficina, e nas quatro oficinas esta tarefa foi executada com outras lideranças do território e/ou da coordenação estadual do movimento.

3. Elementos de cada oficina para subsidiar a elaboração de Diretrizes de Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Quilombolas

Foram realizadas 04 Oficinas Territoriais, reunindo cerca de 170 quilombolas, de 13 estados brasileiros, abrangendo 03 biomas – Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Amazônia. Diversas instituições públicas (federal, estadual e municipal) e parceiros locais, também estiveram nas oficinas formativas e informativas. Em geral, a diversidade de gênero e geracional estava equilibrada entre os participantes.

Os caminhos percorridos durante as oficinas, foram sendo aprimorados ao longo de cada encontro, em função de situações específicas de cada encontro e o acolhimento de contribuições ocorridas nas avaliações das oficinas, estas realizadas com a equipe executora e órgãos públicos presentes. Portanto, a descrição de cada oficina traz características que retratam os ajustes feitos ao longo do processo.

O conteúdo descrito foi extraído das memórias produzidas, durante os encontros, respeitando, em muitos casos, a linguagem expressa pelos participantes. As memórias estão sendo entregues, a cada participante, no final da oficina, com objetivo de socializar os resultados com todos.

Os resultados gerados nos grupos de trabalhos e as proposições finais, serão descritas por Oficina Territorial, resguardando o conteúdo gerado pelos participantes, quando das apresentações dos grupos e plenárias.

O nível de compreensão e experiências sobre gestão territorial e ambiental é bem diverso entre os quilombolas, em razão da ampla diversidade que envolve a realidade dos quilombos, em especial, conflitos em função da situação fundiária, a localização do quilombo, os recursos naturais, nível de organização interna, dentre outros.

A discussão mais planejada e sistêmica do tema, em encontros específicos, envolvendo lideranças e membros das comunidades quilombolas de diversas regiões, é recente, porém, diversas experiências de gestão territorial e ambiental nos quilombos tem sido apresentadas e relatadas em todas as oficinas, até então realizadas.

A visita de campo tem sido um momento importante, uma vez que proporciona experimentar no dia a dia da comunidade (locais visitados), o conteúdo de GTAQ que está sendo dialogado na oficina com a vida no território. Contribui para ajustar o foco no tema e encontrar coletivamente, caminhos para enfrentar e superar os desafios, os problemas e inspirar outros quilombolas, com as soluções exitosas que estão acontecendo.

Ao final das oficinas, são escolhidos os representantes que participarão da Oficina Nacional, em Brasília, última etapa deste processo de oficinas formativas e informativas.

3.1. OFICINA TERRITORIAL 1 – RESERVA EXTRATIVISTA QUILOMBO DO FRECHAL – MIRINZAL (MA)

A Oficina Territorial foi realizada na antiga Casa Grande, da Fazenda de engenho de cana de açúcar, conhecida localmente, como Casarão, hoje Resex Quilombo do Frechal. A construção do Casarão data de 1792, feita de pedra e barro com azeite de carrapato ou mamona. Para a comunidade, ocupar e manter este espaço vivo com encontros, atividades educativas, formações, tem um grande simbolismo. A sede a Associação Quilombola do Frechal fica na parte térrea do Casarão.

Reuniram-se 36 representantes quilombolas, 31 do estado do Maranhão, 03 do Piauí e 02 do Ceará. Em anexo, a lista completa dos participantes, as instituições que representam e de onde vieram. A lista de presença, encontra-se no Anexo 4.3.

A oficina teve início com uma ladainha cantada pelas mulheres do quilombo Frechal, mística escolhida pelos representantes do quilombo. Seu Inácio de Jesus Ribeiro, atual presidente da Associação Quilombola do Frechal deu as boas vindas e desejou um bom trabalho a todos.

As lideranças da Conaq presentes, como do Quilombo Frechal e de outras regiões do país, construíram, com a participação da plenária, um painel com a linha do tempo, traçando o histórico do movimento social quilombola. Esse exercício teve como objetivo contar o histórico de organização e a trajetória de luta das comunidades negras ao longo dos anos, até situar o atual momento em que se discute o direito à implementação da Gestão Territorial e Ambiental Quilombola.

O painel reuniu os marcos históricos da organização do movimento social quilombola, conquistas e dispositivos legais que impactam seus territórios e seus modos de vida, e também datas marcantes da conjuntura política nacional. Este momento foi significativo para valorizar a luta do movimento e apresentar o histórico para as lideranças mais jovens, que hoje estão à frente do movimento e muitas vezes, não tem a informação de toda a luta do movimento que hoje lideram.

A imagem abaixo, apresenta o conteúdo da linha do tempo com o histórico do movimento quilombola e os passos que resultaram nas Oficinas sobre Gestão Territorial Ambiental nos Territórios Quilombolas. No anexo 4.8 encontra-se o conteúdo da Linha do tempo construído nesta oficina.



Ladainha – mística de abertura da oficina



Linha do Tempo construída



Conaq constrói painel com a linha do tempo



Cartilha elaborada com base no primeiro ciclo de oficinas

Houve uma breve apresentação do Instituto Socioambiental (ISA), em função de muitos participantes não conhecerem a organização.

A partir dos mapas regionais, produzidos pelo ISA e do mapeamento mais detalhado do Quilombo Frechal, foram levantadas informações sobre a vida das comunidades quilombolas em seus territórios, como estratégia para tratar da Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Quilombolas (GTAQ), levantando desafios e ameaças à melhoria da qualidade de vida nos territórios. Nessa atividade também foram levantadas práticas de gestão que as comunidades já desenvolvem em suas áreas, por exemplo os acordos internos para uso de determinadas áreas, o manejo sustentável de recursos, projetos de educação e cultura para fortalecimento da identidade, memória e história quilombola, entre outras.

A partir da realidade das comunidades, os participantes elaboraram propostas de ação e diretrizes para complementar a minuta que foi gerada no ciclo anterior de oficinas, produzindo elementos para comporem a estratégia nacional.

Para aprofundar o diálogo sobre GTAQ, foram realizadas visitas de campo em locais das três comunidades da Resex do Quilombo do Frechal. As visitas foram planejadas, durante o processo de organização da oficina e definidas pelas lideranças locais, considerando a diversidade de realidades e temas relacionados à gestão. As visitadas foram:

- área de uso para produção: roças, quintais, casas de farinha, áreas de extrativismo, áreas de pesca
- áreas de preservação: nascentes, remanescentes de vegetação nativa e áreas de restauração
- equipamentos de uso coletivo: escolas, igrejas e centros comunitários

A orientação dada aos participantes era observar em campo os desafios e experiências de gestão das comunidades do Frechal, com ênfase nas DIMENSÕES da GTAQ:

- Integridade territorial e mudanças no território
- Cultura
- Conservação ambiental e usos sustentável dos recursos naturais
- Produção, alimentação e renda
- Educação
- Saúde
- Organização Social e Política



Peças do Velho Engenho de Cana de Açúcar da antiga Fazenda



Plantio de milho – roça da comunidade



Comunidade preparando a farinha – Casa de farinha

O resultado das visitas de campo foi apresentado pelos grupos, por meio do registro fotográfico, dos principais locais visitados e a descrição das experiências observadas, relacionando-as com a Gestão Territorial e Ambiental.

A partir da apresentação de cada grupo, abriu-se para a plenária e o conteúdo gerado durante o debate, levantou os desafios e as proposições para a estratégia nacional de GTAQ.



Área de preservação do rio Cacete do Inácio



Diálogo no grupo de trabalho



Casarão – antiga sede da fazenda de engenho de açúcar

Os resultados foram sistematizados abaixo:

INTEGRIDADE DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS (dimensão)

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (tema)

NOSSOS DESAFIOS

- Reconhecimento das comunidades
- Titulação das terras
- Antropólogos fazendo o laudo antropológico das comunidades sem consultar as pessoas certas
- Na hora da desapropriação o governo não tem recurso disponível, só chega até o RTID
- Muitos territórios e suas comunidades não aparecem no mapa, mesmo as que estão em processo de reconhecimento e titulação

- A falta de titulação limita o acesso às políticas públicas
- Estrutura deficiente do Estado
- Os espaços institucionais de diálogos não avançam
- Falta de diálogo dos órgãos de regularização fundiária (estaduais e federal) com o movimento
- A substituição constante dos servidores públicos causa atraso no processo de regularização fundiária
- Mudanças no regime de chuvas em função das mudanças climáticas
- Desmatamento (aumento da ventania e da seca)

NOSSAS PROPOSIÇÕES

- Antropólogos devem fazer o laudo de reconhecimento com as comunidades juntamente com as comunidades para fortalecer o reconhecimento das comunidades quilombolas a partir dos próprios moradores

PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO

NOSSOS DESAFIOS

- Quilombo não tem proteção, não tem apoio e não sabem a quem recorrer
- Dificuldade de auto-fiscalização do território
- Exploração ilegal de caça, madeira, orquídeas, etc.
- Turismo predatório
- Redução do volume de água no rio
- Redução do volume de chuva
- Ameaças com obras e empreendimentos – pontes, dragas, parques eólicos, linha de transmissão de energia
- Urbanização avança sobre o quilombo aumentando a presença de invasores nas terras do quilombo

CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

NOSSOS DESAFIOS

- Preservação ambiental das áreas de conservação
- Ameaças a fauna e a flora afeta a sustentabilidade e sobrevivência no território – caça e pesca predatória; extração ilegal de madeira; extração de caranguejo
- Desmatamento compromete a água de beber
- Animais soltos em área de reserva
- Redução do extrativismo de babaçu
- Qualidade e quantidade de água nos rios
- Falta água potável para beber e para a produção – ameaça à permanência no território
- Cuidar da preservação da Caatinga
- Rios estão secando
- A água para produção ainda não chegou
- Os mais jovens não conhecem como fazer os aceiros e o fogo se espalha
- Preocupação em como podemos pensar na conservação dos manguezais e igarapés
- Desmatamento com derrubada das palmeiras de babaçu
- Cercas elétricas nas áreas alagadas
- 04 Parques eólicos no entorno dos territórios e dentro não temos energia – Piauí
- Usam búfalos e vacas para impedir o acesso das comunidades em seus territórios

- As áreas nos territórios tradicionais estão cercadas pelos fazendeiros e as comunidades são impedidas de transitar
- Existe extração de madeira feita por membros da comunidade
- Grandes empresas não têm interesse em projetos sociais
- Desmatamento dos Juçarais
- Grande uso de agrotóxicos
- Desertificação do solo pelo uso abusivo de agrotóxicos, produção de espécies que vem de fora - exóticas
- Falta saneamento básico, principalmente de esgoto
- Aumentar o acesso dos quilombolas aos programas voltado para a saúde da população negra

O QUE ESTÁ ACONTECENDO DE BOM

- Uso de recursos preservando o ambiente
- Práticas de manejo adotadas nos territórios - roçados deixaram de ser colocados próximos aos rios; manejo de juçara visando aumentar a produtividade da palmeira; manejo tradicional itinerante / pousio; uso controlado do fogo é aliado da conservação.
- As práticas tradicionais garantem a fertilidade do solo
- Conservação das nascentes – plantio, não mexer nos arredores (local sagrado)
- Experiências de criação de animais presos
- Experiências de manejo e uso sustentável dos recursos naturais (vegetação, caça, pesca)
- Parque ecológico das crianças – espaço de recreação e educação ambiental
- A saúde da mata garante a produtividade das roças
- P1 MC e P2MC- Programa Um Milhão de Cisternas 1 – construção de cisternas para abastecimento das casas – acesso à água
- Experiências de áreas restauradas para recuperação de nascentes – Poço do Chora, no Maranhão

NOSSAS PROPOSIÇÕES

- Reflorestamento de áreas desmatadas, de cabeceiras e margem de rios
- Manejo dos recursos naturais e de áreas de conservação
- Catalogar todas as espécies (fauna e flora), o que envolve valorizar o conhecimento tradicional dos mais velhos – reconhecimento e uso das espécies
- Acesso às áreas de caça e pesca ser garantida
- Atualizar Plano de Uso da Resex
- Conscientização e formação das comunidades para trabalhar só com madeira morta
- Fomento a atividades de educação ambiental nos territórios
- Realizar ações/projetos de restauração de nascentes, mata ciliar
- Fomentar a preservação de árvores resistentes a seca
- Fazer projetos de manejo florestal na Caatinga
- Realizar recuperação de nascentes e mata ciliar dos rios da Resex Quilombo do Frechal
- Pensar estratégias para retirada das cercas do alagado

PRODUÇÃO, ALIMENTAÇÃO E RENDA

NOSSOS DESAFIOS

- Roçado é fonte de sustento, mas a produção é insuficiente porque a roça é de toco, falta novas tecnologias

- Farinha não gera renda suficiente para a comunidade
- Pulverização aérea de fazendas vizinhas afetam a produção
- Falta apoio e assistência técnica ao trabalhador
- Editais de ATER dificultam a execução pelas próprias comunidades
- Ameaças a fauna e flora afeta sustentabilidade e sobrevivência no território
- Babaçual desmatado pelos fazendeiros
- Folhas de babaçu caídas sobre as manivas prejudicam a roça
- Dificuldade de trabalhar com o manejo dos recursos florestais
- Problema com a quantidade e qualidade do peixe em algumas épocas do ano devido a degradação do ambiente (assoreamento, salinização dos rios)
- Produtores negociam a venda de seus produtos individualmente
- Poucas opções produtivas para os jovens
- Jovens não se interessam pelo trabalho na roça e saem da comunidade para trabalhar
- Ter uma assistência técnica adequada à realidade dos territórios
- Queima do lixo – enterra em vala e depois coloca fogo

O QUE ESTÁ ACONTECENDO DE BOM

- Território e comunidades é local que garante a segurança alimentar
- Diversidade de atividades ao longo do ano: pesca de espinhel, outras técnicas de pesca, criação de galinha e porco, extração de juçara e buriti, roça, horta, etc.
- Banco de sementes criolas
- Elaboração de projetos de produção em conjunto com a comunidade, sempre cuidando da parte ambiental através da agroecologia
- Assistência técnica da ATER agroecológica para o plantio de hortas
- Articulação com governo do estado para a elaboração de edital para a ATER quilombola
- Projeto de panificação para fornecimento ao PNAE e PAA
- Produção de artesanato com madeira caída
- Apoio à produção de artesanato
- Venda de produção na comunidade e participação em feiras regionais
- Políticas públicas benéficas: aposentadoria e bolsa família

NOSSAS PROPOSIÇÕES

- Utilizar os resíduos do babaçu que são queimados
- Buscar projetos de apoio à produção e geração de renda
- Pensar em estratégias de os técnicos agrícolas da comunidade serem contratados para a ATER
- Buscar alternativas de renda (artesanato, etc.)
- Criar cooperativa para beneficiar todas as comunidades
- Dar visibilidade aos produtos, identificar a origem dos produtos dos quilombos
- Centro de produção de cerâmica
- Casas de farinha coletivas

CULTURA E IDENTIDADE QUILOMBOLA

NOSSOS DESAFIOS

- Pertencimento e identidade cultural
- Necessidade de os quilombolas nas comunidades ampliarem seu conhecimento sobre si mesmo e sua identidade
- Excesso de informação de fora está afetando nossos conhecimentos e saberes
- Perda dos conhecimentos e histórias dos mais velhos
- Querem respeito aos costumes: modo de falar, de vestir, de fazer, de dançar

- Memória e história da comunidade precisa ser valorizada, preservada e transmitida
- Perda do conhecimento tradicional (parteiras, benzedeiros, culinária)
- Ameaça das igrejas evangélicas
- Abandono dos territórios pela juventude
- Falta de transmissão geracional do conhecimento tradicional
- Ausência de apoio para os terreiros
- Fortalecimento das tradições e cultura imaterial
- Políticas públicas voltadas para fortalecimento do patrimônio cultural
- Incentivo do poder público por meio de projetos, programas, apoios para fomentar as manifestações culturais

O QUE ESTÁ ACONTECENDO DE BOM

- Valorização da cultura como elemento que une a comunidade
- Manutenção e valorização da cultura contribui para ressignificar a identidade e isso sustenta o território
- Fazer do território um espaço simbólico, onde a identidade é sua alma
- Manter os pontos de referência na comunidade e repasse na oralidade – fortalecer a identificação com a ancestralidade
- Registro e repasse da cultura no território
- Manutenção e valorização dos modos de fazer – tambor de crioula, farinha, etc.
- Valorização de manifestações culturais: contadores de história; tambor de crioula; cânticos do congo; ladainhas cantadas; roda de conversa; reza de velório; reza de visita; reggae; capoeira
- Projeto de resgate das mães adolescentes por meio da capoeira, dança de mina, tambor de crioula
- Eventos culturais - Bloco Quilombola no carnaval de Itapicuru; Encontros de mestres de ofício; Encontros da juventude negra; Encontros da consciência negra; Encontros de terreiros quilombolas
- Apresentações de expressões e grupos culturais em festejos no município ou na igreja
- Cultivar e fortalecer religiões de matriz africana - Encontros de terreiros quilombolas; UTUCABE – União dos terreiros para fortalecer as tradições de matriz africana
- Produção de material, cartilhas sobre o resgate da história e tradições
- Caravana afroquilombola no município, com trabalho do tema de GTAQ nas comunidades e ações em parceria
- Práticas de alimentação valoriza a cultura alimentar
- Trabalhos manuais e artesanais tradicionais
- Ponto de cultura tambores do Quilombo Frechal
- Radio Quilombola
- Telecentro

NOSSAS PROPOSIÇÕES

- Oficinas nas comunidades de cultura e auto identificação

EDUCAÇÃO

NOSSOS DESAFIOS

- Professores no quilombo são de fora da comunidade
- Escola desativada
- Formação de professores que contemple o modo de vida quilombola e sua cultura

O QUE ESTÁ ACONTECENDO DE BOM

- Conquista do prédio escolar
- Comunidade desenvolve ações educacionais fora do espaço escolar
- Parceria com universidades para graduação de quilombolas
- Biblioteca – trabalho na comunidade e na escola com envolvimento de crianças e jovens

NOSSAS PROPOSIÇÕES

- Ter professores da comunidade na escola do quilombo
- Valorização da cultura quilombola na educação
- Trabalhar a educação ambiental na escola com base na realidade e na necessidade do território
- Precisa formar médicos, advogados e professores locais
- Formação de crianças e jovens nas comunidades sobre como preservar o meio ambiente

SAÚDE

NOSSOS DESAFIOS

- Não há mais parteiras na comunidade
- Atendimento de saúde no posto da comunidade é insuficiente
- Programa Saúde da família – precisa inserir a tradição das parteiras no programa – resignificar sem perder a tradição

O QUE ESTÁ ACONTECENDO DE BOM

- Posto de Saúde: tem massoterapeuta voluntário que faz massagens gratuitas na comunidade
- Pajé/Curandeiro: fitoterapia, garrafadas
- Plantas medicinais nos quintais e na mata

NOSSAS PROPOSIÇÕES

- Proteger e conservar os recursos e locais importantes para a saúde (plantas e outros recursos medicinais – quais são, como coletar e como usar)

JUVENTUDE

NOSSOS DESAFIOS

- Falta de perspectivas para os jovens
- Não há oportunidades de estudo
- Poucas opções de trabalho para os jovens, não se interessam pelo trabalho na roça e saem da comunidade para trabalhar
- Jovens no crime, uso de drogas
- Jovens tem potencial para participar de projetos e oficinas.

O QUE ESTÁ ACONTECENDO DE BOM

- Construção de ginásio poliesportivo tirou jovens e crianças da rua e da ociosidade
- Trabalho com biblioteca e livros artesanais envolve jovens

NOSSAS PROPOSIÇÕES

- Buscar formas de os jovens voltarem para suas comunidades após estudos
- Precisamos fortalecer mais a juventude

- Precisam de desenvolvimento da comunidade e apoio do governo para os jovens permanecerem nas comunidades

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

NOSSOS DESAFIOS

- Fortalecimento coletivo
- Trabalho conjunto de todas as comunidades em um mesmo território
- Governo quer dizer como tem que ser o manejo dos territórios
- Manter a resistência para garantir o território
- Fortalecimento, organização e articulação coletiva das organizações comunitárias para buscar soluções

O QUE ESTÁ ACONTECENDO DE BOM

- Coordenações estaduais e regionais do movimento quilombola dá força para entrar na luta
- Realização de oficinas sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Quilombos trabalhando conjuntamente em rede no município
- Articulação e diálogo com órgãos governamentais - mesas de diálogo no estado ou no município para discussão, proposição e acompanhamento de políticas públicas
- Estabelecimento de parcerias para apoio – recursos, apoio técnico, etc.
- Economia solidária (acesso a recursos por fundos rotativos, empréstimos, doações)
- União das comunidades é importante para fortalecimento do território
- Organização das famílias no espaço do território
- Mutirões e trocas de dia como forma de organização para a produção
- Definição das formas de organização das comunidades no território – 10 anos de discussão sobre a melhor entidade jurídica para receber o título da terra e elaboração do plano de manejo do território com foco também no resgate da identidade
- Alteração do estatuto da entidade jurídica do quilombo para adequar as regras da entidade
- Participação dos festejos entre as comunidades - uma comunidade ajuda a outra para o festejo acontecer
- Limites de respeito – acordos sobre o acesso e uso de recursos que fazem parte da tradição
- Regras criadas pelas organizações do quilombo que definem como deve fazer o manejo dos recursos e das áreas conservadas
- Espaços e instrumentos de gestão e de tomada de decisão no território – ex.: Conselho deliberativo, Plano de uso e outros
- Construção e reforma de espaços coletivos na comunidade com recursos próprios – igreja, casa de farinha, etc.
- Gestão de espaços coletivos (ex: casa de farinha) pela associação de moradores, com uma pessoa de fora da diretoria responsável
- Telecentro: comunidade entra com local e parceiros com equipamentos e assessoria para instalação

NOSSAS PROPOSIÇÕES

- Fortalecer a atuação em rede

Apresentando a PNGATI: Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – experiência de construção participativa de uma política pública

A Conaq retomou o histórico da criação do Grupo de Trabalho de Gestão Territorial e Ambiental, criado pelo Ministério do Meio Ambiente para discutir e difundir o tema da GTAQ em comunidades quilombolas de todo o Brasil. O objetivo desse processo visa construir as diretrizes - com ampla participação dos quilombolas – de uma **Política Nacional de Gestão Territorial**. Que embora não seja possível determinar quando essa Política será criada pelo governo, é fundamental envolver as comunidades no amadurecimento do tema e compreender como os territórios estão lidando o tema.

A Política deverá refletir os anseios das comunidades quilombolas, que seja capaz de articular e efetivar as políticas públicas contemplando a diversidade socioambiental nas diferentes situações fundiárias, em que se encontram as comunidades quilombolas no Brasil.

Como exemplo de construção participativa de uma Política de Gestão Territorial, foi apresentada a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – PNGATI. Houve uma apresentação do histórico da construção da PNGATI, chegando em 2012, com a proposta de decreto. Apesar do decreto final não ter contemplado todas as demandas e orientações apresentadas na minuta, foi uma grande vitória para o movimento indígena, que liderou todo o processo de construção.

É importante destacar, que diversas ações e iniciativas com resultados positivos, já aconteciam nas terras indígenas, o que trouxe um importante acúmulo para os indígenas construírem a PNGATI, além de refletirem que somente os projetos não seriam suficientes para a gestão do território.

Organismos Internacionais e o próprio Governo brasileiro vem aportando recursos financeiros para as terras indígenas, principalmente na Amazônia, há algum tempo. Destacam-se, entre outros, o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), o Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI) e a Carteira Indígena.

Em relação aos quilombos, a realidade é bem diferente, as iniciativas de projetos vinculados aos temas de gestão territorial e ambiental é recente, contando com poucas áreas demonstrativas¹ e escasso recurso financeiro disponível. Apesar dessas dificuldades, alguns quilombos vêm desenvolvendo atividades de gestão por conta própria e com parceiros do terceiro setor.

Proposições Finais para a Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Quilombolas

A partir dos desafios e experiências discutidas ao longo dos dias anteriores, os participantes se reuniram em grupos para elaborar proposições para a GTAQ. Os resultados gerados pelos grupos foram organizados nas dimensões da GTAQ.

INTEGRIDADE TERRITORIAL, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

¹ Em 2016, o Ministério do Meio Ambiente lançou edital - Chamada Pública MMA/SEDR/DEX 01/2016 – Apoio à Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas e selecionou os projetos, nos seguintes quilombos: Itamatatua - Alcântara (MA), Seis Marias - Matinha (MA), Entre Rios - Cururupu (MA), Tapuio - Caminho (BA) e Brejões dos Negros - Brejo Grande(SE).

- Formação de jovens (formal e informal) sobre educação ambiental voltada para especificidades locais (fogo, água etc)
- Garantir acesso livre aos campos naturais (retirada de cercas, búfalos, diques)
- Consulta livre, prévia e informada nos casos de grandes empreendimentos
- Retomada do Programa Um Milhão de Cisternas 1 e 2
- Trabalhar um programa de recuperação de áreas degradadas nos territórios quilombolas
- Fomentar a elaboração e formalização de Plano de Uso dos Territórios Quilombolas (acordos internos e com agentes externos)
- Adequar o CAR/Código Florestal e garantir acesso à informação
- Reativar e atualizar o sistema de monitoramento de dados dos territórios quilombolas
- Fortalecer os espaços de diálogos (mesas) enquanto instâncias decisórias para efetivação da regularização fundiária
- Fortalecer a mobilização dos movimentos para se apropriarem desses espaços de diálogo
- Direito à consulta prévia, livre e informada
- Estabelecimento e respeito das regras internas para o acesso ao uso e para a pesquisa
- Formação em estratégias de vigilância para as comunidades realizarem a vigilância dos territórios quilombolas
- Os parques e reservas ambientais estejam dentro das comunidades quilombolas
- O Estado emitirá o título conforme o artigo 68 - ADCT e o decreto nº 4887/2003
- Onde houver sobreposição com Unidades de Conservação Federal, aproximar as bases do ICMBio dos territórios quilombolas para agilizar a fiscalização

PRODUÇÃO, ALIMENTAÇÃO E RENDA

- Atividades de renda para a juventude
- Ampliar o debate com o governo Federal, Estados e Município sobre as questões produtivas e comercialização regional
- Articular junto a gestores (municipais, estaduais e federais) a implementação das políticas públicas de compra institucional dos produtos das roças (PAA/PNAE)
- Garantir uma assistência técnica contínua e que considere as práticas agrícolas tradicionais, além de considerar a inclusão de técnicos das comunidades nas equipes de ATER
- Promover processos formativos com agentes de ATER para que entendam como funciona o modo de vida nos territórios tradicionais
- Incentivar que os produtos tradicionais entrem na alimentação escolar das crianças
- Estabelecer estratégias de comercialização regional e local (mercados, feiras e outros)
- Beneficiamento de frutas
- Melhorar a logística do transporte dos produtos agrícolas
- Ampliar parcerias com escolas técnicas agrícolas e com institutos federais para a formação de jovens quilombolas como técnicos agrícolas
- Garantir chamadas específicas de ATER com porcentagem de no mínimo 30% de técnicos quilombolas nas equipes
- Fortalecer os trabalhos agrícolas coletivos para alimentação e renda (mutirão, trocas de dia)
- Fomentar o associativismo e cooperativismo para comercialização

- Valorizar os arranjos produtivos locais sem imposição das condições de trabalho e organização (produção coletiva e individual)
- Linhas de crédito específicas para as comunidades quilombolas que atenda às especificidades dos territórios
- Desvincular DAP Jovem da DAP Familiar desde que sejam estudantes de escolas agrícolas ou cursos ligados à agricultura

EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO:

- Valorizar e promover a educação como base para mudar a realidade dos quilombos
 - Trabalhar os laços de pertencimento
 - Fortalecer a identidade quilombola
 - Fortalecer os quilombolas através da consciência crítica, para assim fomentarem e exigirem a integração de políticas públicas nos territórios a partir da participação e protagonismo dos quilombolas
 - Promover a permanência de jovens no quilombo
- Educação e formação continuada de gestores públicos e de pessoas da própria comunidade (ex.: professores) sobre os direitos dos quilombolas
 - Conscientização sobre as leis que respaldam nossos direitos
 - Formação para superação do racismo praticado por pessoas de dentro e de fora da comunidade
- Estratégias para inclusão de pessoas com deficiência na comunidade e na escola
 - Exigir do município atendimento da Lei de inclusão na educação que determina que a escola tem que estar preparada para atender estas necessidades
 - Buscar outros parceiros que podem apoiar nesta necessidade (ex.: Universidades, APAE)
- Exigir a implementação das diretrizes da educação escolar quilombola, que determina:
 - Construção de escolas nos quilombos
 - Adaptação do currículo escolar à realidade de cada quilombo (Promover e apoiar a construção deste material pelos próprios quilombolas)
 - Material didático adequado à linguagem e realidade de cada quilombo
 - Transporte escolar
 - Alimentação escolar
 - Promover espaços de formação de crianças, jovens e adultos fora do espaço escolar
- Valorizar e promover a educação quilombola como educação do dia a dia – isso já está previsto nas diretrizes da educação escolar quilombola
 - Questão ambiental e sustentabilidade como tema central na educação formal e informal
- Escola integral para os quilombos

- Proporcionar acesso a escola para as crianças o dia todo, com oficinairos da própria comunidade que trabalhem atividades ligadas a própria cultura
- Biblioteca na escola e na comunidade
 - Disponibilizar acervo que contemple a história da comunidade, com valorização dos griôs e também da literatura nacional e internacional ligado a questão quilombola e negritude
 - Avaliar e selecionar os livros que chegam nas escolas e comunidades para ver adequação do conteúdo
 - Ter na biblioteca material que aborde a questão ambiental
- Promover um trabalho voltado às crianças e adolescentes envolvidas com drogas e marginalidade
 - Ter recursos e pessoas preparadas para lidar com estas questões
 - Trabalhar a prevenção envolvendo as famílias
- Educação superior
 - Mapear os quilombolas que tiveram acesso a cursos de graduação, mestrado e doutorado e as universidades que oferecem cotas
 - Ampliação de vagas para quilombolas na graduação, mestrado e doutorado
 - Criar polos universitários mais próximos dos quilombos
 - Facilitar o acesso de quilombolas a bolsas de estudo para formação superior (processo de aplicação e seleção deve ser menos burocrático)
 - Assistência aos estudantes universitários através de monitorias especiais
- Pensar não só na educação para dentro do quilombo, mas também a educação do quilombo para fora para conscientização de atores em geral
 - Promover intercâmbios entre quilombolas e não quilombolas
 - Etnoturismo como forma de receber pessoas no quilombo para conhecerem os modos de vida quilombola
 - Troca de conhecimento com voluntários e outras pessoas que queiram executar trabalhos no quilombo, desde que respeitem os princípios e diretrizes colocadas pelos próprios quilombolas
- Promover a inserção dos quilombolas nos espaços de governança de políticas públicas relacionadas a educação e seu fortalecimento para uma participação qualificada nestes espaços
 - Buscar estratégias e fortalecer as comunidades para pressionar que seja garantido o caráter democrático destes espaços

CULTURA:

- Fortalecimento das tradições e da cultura imaterial
- Fortalecer as religiões de matriz africana
 - Manutenção e segurança dos terreiros
- Usar as novas tecnologias como aliados para a valorização da cultura quilombola, com envolvimento dos jovens
 - Promover a produção de vídeos e etc.
 - Uso de aplicativos que podem apoiar a GTAQ (ex.: aplicativo para o monitoramento do território, criado em parceria com ECAM, que capacita jovens para utiliza-lo)

- Criar redes de cultura no território e na região – eventos em cada território e envolvendo diferentes territórios de uma mesma região
 - Grupos culturais para a juventude
 - Projetos culturais com crianças e jovens com monitores da comunidade
 - Ações de valorização da oralidade com envolvimento dos jovens – gravar CDs, DVDs, etc.
- Integrar a medicina convencional às práticas tradicionais de cuidado
 - Fomentar farmácias vivas
 - Valorizar o conhecimento sobre a coleta e uso de plantas medicinais

SAÚDE E JUVENTUDE

SAÚDE

- Transmitir a prática de fito terapeuta, benzedeira
- Sensibilização e conscientização dos agentes de saúde para práticas tradicionais
- Conscientização dos jovens sobre saúde (alimentação, DST, obesidade, higiene)
- Saúde preventiva (anemia falciforme, hipertensão, doenças mais comuns em negros, etc)
- Saneamento básico e água potável
- Inclusão do tema Saúde no currículo escolar com abordagem cultural
- Melhor acolhimento nas unidades de saúde
- Fortalecer os agentes de saúde
- Cursos e pesquisas sobre plantas medicinais dentro dos Territórios Quilombolas
- Atendimento do NASF nas escolas dos territórios quilombolas
- Acessar movimentos que valorizam parteiras e socializam práticas existentes. Usar a internet para conectar com projetos e iniciativas. Se integrar com outras iniciativas mais amplas
- Promover alimentação saudável (mostrar o impacto dos alimentos industrializados)

JUVENTUDE

- Precisa saber onde buscar recursos para projetos com jovens (além da prefeitura)
- Acessar a lei de incentivo à cultura, esporte e lazer. Buscar formas de acesso para territórios quilombolas
- Conhecer projetos, metodologias e ideias para trabalhar com jovens
- Buscar troca de experiências, capacitação para jovens para ajudar o jovem a identificar os benefícios de estudar e manter a ligação com a comunidade
- Envolver jovens com atividades de diferentes tipos (artes, esportes, profissionalização)
- Ajudar jovens a aprender a sonhar
- Envolver a família no planejamento e acompanhamento de atividades
- Combater os pontos de droga
- Ajudar a escola a ficar mais atraente (identidade cultural, professores da comunidade, capacitação de professores, professores da própria comunidade)
- Falta de oportunidade de estudo profissionalizante nos territórios quilombolas
- Aproveitar e replicar a experiência do curso de agropecuária do INCRA (Pronera), Pedagogia da Alternância (Escola e Casa Família Agrícola)
- Fortalecer as Escolas Famílias Agrícolas

- Ajudar o jovem a descobrir qual profissão ou curso quer seguir
- Formação do protagonismo da juventude quilombola nos seus territórios, a importância da luta e sua identidade
- Formação de agentes agroflorestais (ou outras áreas). Participação em redes, encontros, congressos
- Comunidade identificar suas necessidades e preparar jovens para atendê-las
- Envolver e capacitar jovens para o Turismo de Base Comunitária, promover eventos, receber voluntários
- Não esperar por projetos apenas. Buscar outras formas de viabilizar as iniciativas
- Usar tecnologia para resgate cultural, mesmo com ferramentas simples como celular, canal na internet, etc)
- Uso de droga está relacionado com o baixo desenvolvimento espiritual. Valorizar as manifestações religiosas
- Promover Encontro Nacional da Juventude Quilombola para colaborar com estas dimensões

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

- Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas (nacional, estaduais e municipais)
- Edital público para o fortalecimento institucional, por meio da execução das entidades quilombolas
- Apoiar a elaboração dos protocolos de consulta
- Apoio às organizações produtivas (cooperativas, associações, outras)
- Garantir a participação de mulheres e homens no processo de governança, considerando o recorte geracional
- Garantir a participação nas organizações quilombolas nos espaços de participação e controle social

Representantes para Oficina Nacional

Foram escolhidos pelos participantes, os representantes que estarão na Oficina Nacional para fechamento do documento de diretrizes para subsidiar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, que ocorrerá nos dias 23, 24 e 25 de julho em Brasília, e contará com 6 representantes da oficina no Quilombo do Frechal, além do organizador local, da oficina anfitriã. Os nomes foram os seguintes:

JANILÉIA S. GOMES (COORDENADORA LOCAL)	QUILOMBO RESEX DO FRECHAL	MARANHÃO
JOSÉ ORLANDO DA C. SILVA	QUILOMBO BARRO VERMELHO	MARANHÃO
ELIDA CARINA SANTOS TORRES	QUILOMBO SANTA MARIA	MARANHÃO
ELIANE FRAZÃO ROSA	QUILOMBO ROQUE	MARANHÃO
JOSÉ RIBAMAR	QUILOMBO RESEX DO FRECHAL	MARANHÃO
MARIA ROSALINA DOS SANTOS	QUILOMBO TAPUIO	PIAUI
ISABEL CRISTINA SILVA E SOUZA	QUILOMBO CAETANO	CEARÁ

Diálogo com representantes governamentais

Estavam presentes nesta escuta, os seguintes órgãos: INCRA, Ministérios do Meio Ambiente (DEX, ICMBio e CNPT), Ministério do Desenvolvimento Social e Fundação Cultural Palmares/São Luiz. Ficou acordado que as respostas dos órgãos públicos sobre as questões apresentadas pelos quilombolas terão sua devolutiva na Oficina Nacional, nos dias 23, 24 e 25 de julho, em Brasília. O Ministério do Meio Ambiente está responsável em sistematizar as demandas apresentadas e encaminha-las aos órgãos competentes.

Percepções gerais sobre a Oficina Territorial na Resex Quilombo do Frechal

Os territórios quilombolas participantes desta oficina trouxeram situações fundiárias distintas. A Resex Quilombo Frechal² (MA) tem uma situação particular por conta da sobreposição territorial, no entanto os conflitos territoriais com o Estado pareceram bem próximos de resolvidos com os planos de uso e a gestão das áreas que as comunidades da Resex tem bastante autonomia. As comunidades têm uma proximidade com a área urbana e isso também traz impactos para o modo de vida. O cercamento das áreas alagadas (baixada) e a soltura de búfalos, é também um grande fator de conflito, na região. Ocasionalmente ocorrem mortes, em função das cercas elétricas. Frechal preserva expressões culturais de matriz africana e têm um trabalho intenso na área da educação que fortalece a identidade quilombola.

As comunidades do Ceará e Piauí lidam com as características do semi-árido e desafios de questão hídrica que ameaçam a agricultura e a permanência na terra. Assim como algumas do Maranhão, estão sendo impactadas por empreendimentos no entorno de suas áreas ou mesmo em sobreposição, como energia eólica, linhão, desmatamento, base militar etc. Muitos conflitos com os fazendeiros, principalmente pelas cercas e búfalos que são colocados nas áreas de banhados, inclusive, cercas elétricas causam muitas mortes. Há também conflitos internos trazidos pelas relações com não quilombolas. As questões relacionadas aos desafios de manutenção dos jovens nos territórios foram muito presentes nas falas dos quilombolas nesta oficina. Faltam oportunidades de valorização dos recursos locais como fontes de renda e as políticas públicas existentes chegam em um grau muito baixo nestas áreas.

3.2. OFICINA TERRITORIAL 2 – QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE – BARRA DO TURVO (SP)

Participaram desta oficina 31 quilombolas do estado de São Paulo (litoral norte e interior), 04 do Espírito Santo, 04 do Rio de Janeiro e 02 de Minas Gerais, além de representantes da Conaq, de órgãos governamentais e a equipe de execução. A lista de presença, encontra-se no Anexo 4.3.

A mística de abertura foi feita em uma roda ao ar livre com as imagens de Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião, padroeiros de Ribeirão Grande e Terra Seca. Além das rezas, foram entoados cantos homenageando as comunidades quilombolas. As mulheres

² Na época, a estratégia para garantir o território, foi a criação de uma Reserva Extrativista, que possuía todas as características para este tipo de categoria.

organizaram um ato pelo dia internacional da mulher. Panos de diferentes cores simbolizando os quilombolas, a terra, as matas e as águas foram colocados sobre o chão.

Depois todos se apresentaram dizendo de onde vinham e qual sua comunidade ou organização.

Na sequência, as crianças quilombolas da escola municipal Água Quente, de Barra do Turvo, apresentaram performance exaltando a luta e a resistência quilombola.

Dando continuidade à temática do dia da mulher, o ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo apresentou cartilha orientadora para o combate à violência contra a mulher e a Sempre Viva Organização Feminista fez uma fala sobre os desafios das mulheres na conjuntura atual.

A Conaq inicia a construção da linha do tempo, junto com a plenária, que traz a história do movimento quilombola, os principais marcos da conjuntura política brasileira e as articulações que resultaram no atual processo de construção de uma futura Política Nacional de GTAQ.

A linha do tempo situou os participantes dos objetivos da oficina que é de ampliar o diálogo e conhecimento sobre GTAQ para captar informações, demandas e propostas que subsidiem a construção de uma Política Nacional. No anexo 4.8 encontra-se o conteúdo da Linha do tempo construído nesta oficina.



Kátia, Oriel e Ronaldo (Conaq) construindo a linha do tempo com os participantes

Diálogo com representantes governamentais

Os quilombolas tiveram um espaço aberto de diálogo com os representantes do governo para apresentar demandas e cobrar implementação das políticas pertinentes aos seus territórios. Estavam presentes os seguintes órgãos: Andrea João do ITESP, Wagner Portilho gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos quilombos da Barra do Turvo (Fundação Florestal - SMA), Isadora Parada (Coordenaria de Planejamento Ambiental – SMA), Isabela (Fundação Cultural Palmares), Lidiane e Danilo (INCRA sede), Mara (Superintendência INCRA – SP), Jacobson (DEX – MMA), Ocimar Bim (IF – SMA), Poliana (ICMBio, em licença de pesquisa).

O registro deste diálogo encontra-se com os órgãos públicos, os quais deverão realizar a devolutiva, ao menos informativa, na Oficina Nacional, nos dias 23, 24 e 25 de julho, em Brasília.

Visitas de campo

Foram formados grupos para visitas de campo no território de Ribeirão Grande Terra Seca e no Cedro, com objetivo de observar os desafios e experiências de gestão com ênfase nas DIMENSÕES da GTAQ:

- **Integridade Territorial e Mudanças no Território**
- **Cultura**
- **Conservação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**
- **Produção, Alimentação e Renda**
- **Educação**
- **Saúde**
- **Organização Social e Política**

Os participantes trocaram experiências com moradores do território, tiraram fotos da visita e prepararam uma apresentação buscando relacionar as observações de campo com os temas da GTAQ. Desta atividade foram listados uma série de desafios, experiências concretas de gestão, apontamentos de estratégias para superar os desafios e princípios que devem nortear a Política Nacional de GTAQ. O material gerado nos grupos foi reunido em um único documento, que está disposto no item *Proposição para a PNGTAQ*.



Confraternização no final da Oficina



Visita de campo

Apresentação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena - PNGATI

Com objetivo de mostrar uma experiência concreta aos participantes, sobre a construção de uma política nacional de gestão territorial e ambiental, o cacique Timóteo, da etnia Guarani foi convidado para falar sobre a construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). Timóteo falou que a Política é nacional e por isso precisa abranger todos os povos indígenas do Brasil, com todas as suas diferenças. Para isso,

os objetivos, diretrizes, princípios e eixos da PNGATI são gerais. A implementação da política é feita em cada território, respeitando suas especificidades.

"Os povos precisam de terra não para enriquecer economicamente, mas pra ter saúde, pra sobreviver. E a terra, a natureza, o meio ambiente foi tirado de nós. Nosso canto sagrado pede que todas essas riquezas naturais sejam devolvidas pra nós pra que a gente possa cuidar e preservar" (Ataide, liderança guarani)

"Para monitorar esse espaço [territórios indígenas] é preciso criar uma política que seja benéfica para as comunidades indígenas. E nós trazemos também os mais velhos para que eles também tenham essa visão sobre a importância de proteção dos conhecimentos dos mais velhos dentro da política. Eu participei de uma 6 ou 7 reuniões da PNGATI. Nós ouvimos os mais velhos e nós, como representantes, fomos defender. Isso foi muito importante. Então isso que está sendo discutido hoje tem que ter alicerce que seja reconhecido pelos mais velhos. Toda essa discussão não foi em 6 meses nem dois anos. Foram 10 anos construindo essas proposições e participavam as organizações indígenas. A APIB foi criada com as organizações e está discutindo essa política. A discussão da política nacional não poder ser algo que beneficia só uma região, preciso ser boa para todos. Nem todas as questões que foram discutidas na base foram inseridas na política. A política deve proteger aquele espaço mesmo antes do reconhecimento.

Desafio: Após essa promulgação da política tivemos a dificuldade de acessar recurso, as associações não conseguem acessar os editais. A base nas aldeias da região sul, e mesmo aqui no sudeste, ainda tem restrições porque não tem formação sobre essa política. Por isso é muito importante que nesse momento de construção é preciso pensar minuciosamente para não ter depois consequência negativa." (Timóteo, cacique Guarani)

A participação de um representante indígena para apresentar e contar a sua experiência para os quilombolas foi bem importante, possibilitou uma melhor compreensão dos passos seguidos pelo movimento indígena até a concretização da política, apontando os desafios e os aprendizados do processo.

O destaque apontado pelo indígena, a respeito da importância de considerar a diversidade das comunidades indígenas, ao se construir um instrumento nacional, reforçou o cuidado que os participantes devem ter no momento das proposições, ampliar o olhar para além do seu território. Outro fato, muito bem pontuado, foi a importância do fortalecimento do movimento e a responsabilidade em continuar acompanhando a implementação da política - co-responsabilidade das lideranças de manter a pressão para se avançar.

Proposições para Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Quilombolas

Para a construção das proposições, os participantes foram separados em grupos temáticos, conforme as dimensões da GTAQ - Integridade Territorial, Cultura, Conservação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Produção, Alimentação e Renda Educação, Saúde e Organização Social e Política.

CULTURA

- Colocar em discussão o manejo de recursos naturais para as práticas religiosas.
- Mapeamento, inventário, pesquisa e registro de patrimônio material e imaterial em parceria com IPHAN e Fundação Cultural Palmares e divulgação na forma de publicações, vídeos, aplicativos, DVDs, CDs. Incluir linguagem, ladainhas, rezas, uso de ervas medicinais, oficinas com Griôs das comunidades

- Preservar e valorizar os locais sagrados e demais lugares ligados à história e cultura quilombola (parceria IPHAN e Fundação Cultural Palmares)
- Valorizar e respeitar as manifestações religiosas de matriz africana, católica com tradição quilombola mostrando o que é comum, buscando combater a intolerância religiosa
- Repartição de benefícios de direitos de propriedade intelectual. Criar protocolos comunitários para registro e divulgação de manifestações culturais (como registrar, tipos de projeto de interesse da comunidade, retorno para comunidade)
- Estimular intercâmbios entre os territórios quilombolas para adquirir conhecimentos, troca de experiências para valorização da cultura, fortalecimento das comunidades. Comunidades mais estruturadas podem contribuir para o fortalecimento das outras comunidades através da troca de experiências
- Garantir a participação e valorização dos direitos culturais das mulheres quilombolas, valorizar o protagonismo e estimular a participação política

EDUCAÇÃO

- Educação das crianças pela igualdade de gênero, a começar pela educação em casa
- Realizar processos educativos para quilombolas sobre gestão territorial e ambiental
- Criar material didático específico para quilombolas
- Capacitação para professores na sede do município para atender os alunos quilombolas
- Aulas e oficinas de atividades culturais e práticas tradicionais
- Levar alunos da cidade nos territórios quilombolas
- “Pacotes” do governo não incluem a cultura quilombola
- Implementar as diretrizes de educação, especificar o que é obrigatório para os órgãos municipais, estaduais e federal e criar mecanismos para aplica-los
- Ter o ensino médio nas comunidades quilombolas
- Secretaria de Educação precisa acompanhar o planejamento pedagógico das escolas para efetivar a inclusão da cultura quilombola no currículo
- Necessidade de boa estrutura física nas escolas dos territórios quilombolas
- Criar lei com prioridade para professores quilombolas nas escolas
- Criar editais de convocação específica para professores quilombolas ou garantir porcentagem de professores quilombolas
- Divulgar as leis e políticas sobre as diretrizes de educação quilombola para as prefeituras e diretorias de educação
- Criar e resgatar escolas de educação quilombola com estrutura adequada, material didático, oficinas, etc
- Ministério Público Federal, Defensoria Pública e Fundação Cultural Palmares discutirem e fiscalizarem o cumprimento das leis
- Garantir e estimular a participação em conselhos e fóruns. Realizar capacitação para os representantes
- Garantir atendimento para as comunidades distantes e de difícil acesso
- Garantir capacitação dos professores quilombolas e não quilombolas sobre princípios, cultura e costumes tradicionais
- Fazer mapeamento e ampla divulgação sobre dos professores quilombolas e escolas que atendem quilombolas, junto com Fundação Cultural Palmares e MEC
- Rever critério do número de alunos para que justifique a necessidade de uma escola nos territórios quilombolas

- Reconhecimento em lei das comunidades quilombolas pelo município e repasse de recursos estaduais e federais
- Realizar levantamento e divulgação dos repasses e recursos existentes e específicos para territórios quilombolas
- Viabilizar cursos de formação e geração de renda para jovens, utilizando tecnologias, arte, cultura e esporte, facilitando o interesse dos jovens em participar
- Organização de capacitações específicas para territórios quilombolas com organizações como SENAR, SENAC, SENAI (cultura, turismo, profissionalizantes, etc)
- Escola em período integral com aulas de agricultura e tradição quilombola
- Universidades devem criar e divulgar programas existentes de mestrado e doutorado que abordem a cultura quilombola

PRODUÇÃO E RENDA

- Garantir acesso a mercados diversos além das políticas atuais
- Garantir que o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) seja uma Lei
- Processos de capacitação e investimentos para que as associações possam acessar novos mercados
- Linhas de créditos específicas voltadas às terras tradicionais (exemplo: coivara)
- Criar modelos de licenciamento compatíveis e aplicáveis à realidade das comunidades
- Autonomia das associações no processo de licenciamento. A definição do tamanho das áreas, principalmente para o plantio, não seja prerrogativa apenas do órgão licenciador, mas que haja uma construção conjunta – governo e comunidades;
- Fomentar processo de agregação de valor (certificação orgânica e produção tradicional)
- Aumentar investimento em bancos de sementes e feiras de trocas de sementes
- Garantir o reconhecimento e autonomia das sementes crioulas
- Garantir que a escola seja um espaço de valorização das práticas tradicionais
- Política de bolsas de apoio para o jovem permanecer no campo
- Linhas de créditos específicas para comunidades quilombolas
- Atividades turísticas devem ser reguladas pelo coletivo
- Estruturar o turismo com diferentes atrativos (culturais, naturais e históricos)
- Fortalece todos os potenciais da comunidade no turismo (visita, comida e hospedagem)
- Preparar a comunidade para receber o turismo

INTEGRIDADE TERRITORIAL

- Reativar a mesa federal e as mesas estaduais quilombolas
- Garantia de dotação orçamentária para a execução da PGTAQ
- Convênio com os órgãos públicos estaduais e municipais para a regularização fundiária
- Parcerias com instituições públicas e privadas para a implantação da política de GTAQ
- Composição das mesas deve respeitar a indicação dos parceiros pelas comunidades

- Parcerias com universidades, institutos estaduais de terras e outros para a elaboração do RTID
- Autonomia das comunidades nos territórios para a gestão das atividades de geração de renda – p.ex.: turismo
- Dotação orçamentária para turismo de base comunitária
- Transparência no planejamento e execução do orçamento do INCRA, Fundação Cultural Palmares e SEPPIR no que diz respeito, às políticas públicas voltadas aos territórios quilombolas, como a regularização fundiária
- Criação de um fundo específico, com recurso carimbado, para regularização fundiária de territórios quilombolas
- Alteração do art. 42 do SNUC que trata do reassentamento de povos tradicionais quilombolas em unidades de conservação

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

- Consolidar as práticas e o reconhecimento dos usos e manejos desenvolvidos pelas comunidades por parte dos órgãos públicos, responsáveis para implementação das políticas públicas
- Propor que o plano de utilização e planos de manejo sejam instrumento de reconhecimento dos territórios por parte do Estado, de forma a garantir a autonomia das comunidades sobre o uso do seu território
- As deliberações dos Conselhos Consultivos devem considerar e respeitar os planos de uso e acordo das comunidades tradicionais
- CAR - cadastro ambiental rural coletivo, reconhecendo todo território quilombola, o órgão validador (estaduais) não deve reconhecer os particulares que estão nestes territórios coletivos quilombolas
- Utilizar o CAR para amparar o direito das comunidades em utilizar seus modos tradicionais de uso da terra: roça, roça de coivara
- Estabelecer acordos para uso de territórios quilombolas que abrangem as unidades de conservação, inclusive de uso integral, impedindo que haja cobrança monetária nos diversos usos com autonomia das comunidades e seus usos tradicionais
- Capacitar e informar as comunidades sobre a legislação ambiental
- Criar programas sustentáveis para os territórios quilombolas, por meio do mapeamento das áreas, de forma a propor ações que não contraponham com as diversas legislações: pastos, manejo florestal, artesanato
- Os empreendimentos no entorno dos territórios quilombolas atingem as comunidades e sua instalação deve passar pela análise e aprovação destas comunidades (Licenciamento tem que respeitar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho)
- Desenvolver políticas e programas de reflorestamento, recuperação de nascentes e pagamentos por serviços ambientais, considerando o alto custo para eliminar a braquiária, que causa um grande passivo ambiental para as comunidades
- Desenvolver projetos alternativos e de tecnologia social para o saneamento ambiental (biodigestores), para captação de energia solar e águas de chuva, tanques de peixes, de forma a capacitar e fortalecer as comunidades
- Debater como o Estado pode recompensar as comunidades quilombolas pela manutenção de animais silvestres que muitas vezes ou sempre causam impactos na produção de alimentos, causando insegurança alimentar: criar seguros, como o Proagro

- Dialogar e alterar a legislação ambiental que é contraditória com o manejo e a caça sustentável
- Respeitar e estimular o uso tradicional da terra nos territórios quilombolas e conciliar com implementação dos Sistemas Agroflorestais (coivara e agroflorestal)

Propostas:

- Valorizar os conhecimentos e fomentar as experiências tradicionais
- Revisão da Lei de Criação dos Mosaicos, que criam sobreposição sobre os territórios quilombolas
- Buscar autonomia das comunidades na gestão dos territórios
- Associações devem ter autonomia nas decisões de uso dos territórios, e propor procedimentos simplificados de licenciamento para os territórios quilombolas
- Pensar no conceito de áreas protegidas quilombolas unindo territórios de forma a ampliar a autonomia das comunidades (mesmo em áreas que superam os limites das UCs em que estejam inseridas)
- Fazer o levantamento e sistematização da contribuição das comunidades quilombolas para a conservação ambiental
- Realizar processos educativos para quilombolas sobre gestão territorial e ambiental
- Colocar em discussão o manejo de recursos naturais para as práticas religiosas
- Consolidar o entendimento que os direitos constitucionais e acordos internacionais são superiores hierarquicamente às legislações estaduais

SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

- Capacitação e processos de contratação (edital público específico) de agentes comunitários de saúde do próprio quilombo para atuarem nas comunidades, sendo capacitados nas práticas de uso tradicionais de plantas de usos medicinais
- Melhoria e maior frequência do atendimento médico, com local público apropriado e equipado para realização de atendimento
- Tratamento e distribuição de água nas comunidades (FUNASA, poder público)
- Ampliar o número de fossas (FUNASA, poder público)
- Ampliação da coleta de lixo, com coleta semanalmente ou de acordo com a necessidade
- Territórios livre de transgênicos e agrotóxicos. Apoiar e incentivar a transição agroecológica nos territórios quilombolas por meio de crédito e assistência técnica
- Maior apoio técnico na implantação e ampliação nas produções agrícolas
- Aumento das linhas de crédito (específicas para as comunidades quilombolas) para produção e melhora na segurança alimentar
- Elaboração de um banco de sementes crioulas e trocas de sementes entre as comunidades e futura ampliação

ORGANIZAÇÃO SOCIAL e POLITICA NO TERRITÓRIO

- Fortalecer a coletividade nos territórios quilombolas
- Fortalecer o profissionalismo na comunidade
- Realizar capacitações a partir da prática e da troca de conhecimentos e experiências

- Realizar intercâmbio entre comunidades quilombolas para trocas de experiências
- As capacitações devem abordar temas e serem executadas com uma metodologia que atendam as necessidades das comunidades e possibilitar a integração do conhecimento prático com o conhecimento teórico
- Realizar capacitações em cidadania – ampliar o entendimento da estrutura e funcionamento dos três poderes; da construção e controle social de políticas públicas com envolvimento da base
- Fomentar a educação, capacitação e formação dos quilombolas para que possam assumir trabalhos técnicos nas suas próprias comunidades

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

- Fortalecer a representação político-institucional dos quilombolas a nível municipal, estadual e nacional, de forma a garantir a articulação das demandas das comunidades nos espaços de representação em cada nível da federação
- Fortalecer a participação dos quilombolas nos espaços de controle social das políticas públicas quilombolas a nível municipal, estadual e nacional
- Criar a nível municipal, estadual e nacional espaços autônomos de discussão de demandas prioritárias (ex.: Grupos de Trabalho dos quilombolas e parceiros, com a participação de parlamentares), cuja composição e pauta deve ser definida de forma autônoma pelos quilombolas
- Técnicos do governo precisam conhecer a realidade de cada TQ antes de fazerem suas intervenções / Qualificar o perfil dos servidores para o respeito aos modos de vida e o diálogo com os quilombolas

INSTRUMENTOS E ESPAÇOS DE GESTÃO DOS TERRITÓRIOS

- Quilombolas que tem o título da terra ou o reconhecimento das comunidades devem ter direito de definir de forma autônoma como usar e ocupar o território.
- Não esperar os regramentos governamentais para que as comunidades tenham autonomia para o uso do território
- Fomentar processos de governança que respeitem e fortaleçam os modos de vida das comunidades, garantindo o diálogo em caso de situações de discordância
- Acordos entre comunidades e o Estado têm que ser revisados com a participação da comunidade
- Planos elaborados precisam ser revisitados e revisados para não se perderem no tempo (ex.: Agenda 21 do Vale do Ribeira)
- Experiências de instrumentos de gestão:
 - Associação como espaço de tomada de decisão sobre o território, através de reuniões com seus membros
 - Mapeamento de todo o território pelos próprios quilombolas
 - Estatuto da associação definindo de forma detalhada como o território deve ser ocupado e utilizado, com base na legislação existente – atividades produtivas, recuperação das matas, preservação das matas ciliares, etc.
- Quilombos Urbanos:
 - Nos quilombos urbanos não tem como determinar ou organizar a forma de ocupação e uso do território, pois a especulação imobiliária e programas como Minha Casa e Minha Vida resultam na ocupação desordenada, e a ausência do governo abre espaço para a atuação do tráfico, que passa a ditar as regras

- Como lidar com a ocupação e uso do território no contexto dos quilombos urbanos?

JUVENTUDE

- Garantir a titulação, autonomia e a integridade dos territórios para garantir a presença do jovem
- Envolver os jovens nos trabalhos de organizações das comunidades para eles se sentirem parte do processo e para empodera-los
- Estimular, preparar e capacitar os jovens para atuarem nas associações
- Formar novas lideranças, mas sempre a partir da referência e do acompanhamento dos mais velhos
- Criar programas e projetos específicos para a juventude
- Desenvolver ações com foco na educação e na qualificação dos jovens

MULHERES

- Território livre de violência contra a mulher
- Criar alternativas de lazer para as mulheres
- Apoiar e fomentar as organizações das mulheres em todos os territórios e comunidades quilombolas
- Promover e incentivar a autonomia das mulheres
- Conscientizar as famílias e as comunidades sobre a importância da participação das mulheres
- Indicar mulheres para cargos de representação
- Promover a divisão do trabalho na família



Mística de abertura



Apresentação da PNGATI – Ataíde Guarani

Representantes para Oficina Nacional

Foram escolhidos pelos participantes, os representantes que estarão na Oficina Nacional para fechamento do documento de diretrizes para subsidiar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, que ocorrerá nos dias 23, 24 e 25 de julho em Brasília e contará com 6 representantes da oficina em Barra do Turvo e o coordenador da execução local da oficina. Os nomes foram os seguintes:

NILCE PONTES MACIEL (COORDENADOR LOCAL)	QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE - TERRA SECA	SÃO PAULO
ANTÔNIO DOS SANTOS	QUILOMBO CAÇANDOCA	SÃO PAULO
TANIA APARECIDA DA SILVA	QUILOMBO CARRAPATOS	MINAS GERAIS

OLIVEIRA		
ALBA BATISTA NASCIMENTO - DILÓ BARBOSA	QUILOMBO SAPÉ DO NORTE	ESPÍRITO SANTO
ELIMAR BARRETO DOS ANJOS	QUILOMBO RETIRO DE MANGARÁ	ESPÍRITO SANTO
IVONE MATTOS	QUILOMBO MARIA CONGA	RIO DE JANEIRO
BENEDITO LEITE	QUILOMBO ALTO DA SERRA	RIO DE JANEIRO

Percepções gerais sobre a Oficina Territorial no Quilombo Ribeirão Grande

O território quilombola de Ribeirão Grande/Terra Seca fica na região do Vale do Ribeira/SP e é sobreposto por uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Quilombos dentro do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, Ucs Estaduais. Os quilombos desta região presentes na oficina têm situações fundiárias distintas, mas boa parte tem os territórios reconhecidos pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e outras pelo INCRA ou ambos. O principal desafio dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira é exercer seu modo de vida num contexto ambiental de 45 Unidades de Conservação de diferentes categorias e o fato de seus territórios fazerem parte do último remanescente contínuo de Mata Atlântica do Estado de SP e PR e um dos últimos do Brasil entre duas grandes capitais, São Paulo e Curitiba. Os conflitos socioambientais são constantes no dia a dia destas comunidades.

As demais comunidades quilombolas do Sudeste presentes na oficina também trouxeram seus desafios. O Sudeste é considerado uma região rica e desenvolvida e a velocidade com que os grandes empreendimentos atropelam as comunidades quilombolas é imensa, como a monocultura de eucalipto no Espírito Santo e a especulação imobiliária no litoral Norte de São Paulo e Rio de Janeiro. Há também quilombos urbanos, cujas dificuldades para reconhecimento e titulação são ainda maiores, agregadas à violência urbana.

O baixo ou quase inexistente acesso às políticas públicas é retratado por todos os estados presentes na oficina.

3.3. OFICINA TERRITORIAL 3 - QUILOMBO ESTIVAS – GARANHUNS (PE)

Participaram desta oficina 50 quilombolas de Pernambuco, 02 da Paraíba e 02 do Rio do Norte, de diversas comunidades. Cerca de 17 representantes de órgãos públicos, também estiveram presentes. A lista de presença, encontra-se no Anexo 4.3.

A oficina foi realizada no Espaço Cultural Dona Mira, na Comunidade Quilombola Estivas e as noites culturais tiveram como atrações:

- Dança afro: Afro Estrela, música e percussão Quilombo Estrela (Garanhuns) e Negra Atitude, música e percussão Quilombo Estivas (Garanhuns)
- Poeta: performance do grupo coordenado por César Monteiro, Quilombo Curiquinha (Brejão)
- Cantor Fabinho, Quilombo Jatobá

Abertura da Oficina

Aparecida Nascimento (Cida), liderança da comunidade quilombola de Estivas e da Conaq conduziu a mística de abertura. Em uma roda, os presentes deram as mãos e Cida falou da importância de deixar os problemas lá fora e participar ativamente do evento. Cantou duas canções, sendo a última uma música da sua comunidade, que termina com mensagem “planta semente pra colher amor”.

Após essa dinâmica, todos se apresentaram dizendo o nome, o local de onde veio e o que gostaria de ser se não fosse gente. Beija flor, borboleta, formiga, águia, coruja, cactos, uirapuru, urubu, onça, peixe, rio, água, cachoeira, terra, semente, etc.

Houve uma breve mesa de abertura com representantes quilombolas local e da Coordenação Estadual de Pernambuco, dos órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e ISA. Após a explicação sobre os objetivos da oficina, iniciou o momento da escuta dos quilombolas e órgãos públicos, coordenado pela Conaq Estadual e Nacional.

Estavam presentes nesta escuta, os seguintes órgãos: INCRA (PE), Ministérios do Meio Ambiente e Direitos Humanos, Universidade Estadual de Pernambuco, Defensoria Pública Estadual (PE) e Secretaria de Cultura e Meio Ambiente do município de Garanhuns. Ficou acordado que as respostas dos órgãos públicos sobre as questões apresentadas pelos quilombolas terão sua devolutiva na Oficina Nacional, nos dias 23, 24 e 25 de julho, em Brasília. O Ministério do Meio Ambiente está responsável em sistematizar as demandas apresentadas e encaminha-las aos órgãos competentes.

Linha do tempo

A Associação Negra Anastácia, organização de assessoria técnica à Conaq e o Ministério do Meio Ambiente apresentaram os principais marcos da construção da Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Quilombolas. Logo depois, a Conaq e Negra Anastácia passaram a construir com a plenária, os marcos referentes a luta do movimento quilombola nacional, estadual e local. No anexo 4.8 encontra-se o conteúdo da Linha do tempo construído nesta oficina.



Mesa de abertura da Oficina



Linha do Tempo finalizada

O que a gente entende por GTAQ e por que a GTAQ é importante?

Para estimular a discussão, reflexão e percepção do grupo sobre gestão territorial, formou-se dupla de cochicho, depois de um tempo, cada dupla apresentou uma tarjeta com o seu entendimento sobre GTAQ e em seguida, os participantes leram o conceito de Gestão Territorial e Ambiental em Territórios Quilombolas descrito na cartilha, produzida pelos membros do Grupo de Trabalho GTA.

Este debate gerou o seguinte conceito de GTAQ:

O QUE É GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA?

Planejamento e organização para fazer a gestão dentro do próprio contexto e cuidando da natureza

Deixar tudo no lugar e da melhor forma possível para poder continuar na comunidade

Forma de trabalhar e gerir a natureza sem degrada-la.

Modo como cada comunidade organiza sua forma de viver e fazer a gestão, envolvendo, cultura, educação, produção, etc

A cartilha produzida pelo GT GAT está sendo distribuída e utilizada em todas as oficinas territoriais, com objetivo de promover o debate sobre o tema e informar sobre as ações em curso e incentivar a reflexão nas comunidades. Este material compõe a pasta que é entregue no início de cada oficina.

O ISA fez uma breve apresentação institucional, por meio de um vídeo, que retrata a atuação da organização junto aos povos indígenas, comunidades quilombolas e pela defesa dos direitos socioambientais. Este momento é importante para que todos os participantes conheçam a instituição, o ISA atua diretamente com alguns quilombos do Vale do Ribeiro e assessorando, em algumas agendas, a Conaq.

Visitas de campo

O objetivo das visitas é olhar as experiências e desafios sobre a perspectiva da gestão territorial e ambiental, observando a realidade do território visitado.

Os locais foram definidos pela comunidade de Estivas, tendo como recorte temático, as dimensões da GTAQ. Cada grupo contou com um morador da comunidade visitada, que coordenou a visita. As áreas visitas foram:

- Comunidade de Estivas - saúde, produção e meio ambiente - grupo coordenado por Cida.
- Comunidade de Timbó – conservação e recursos naturais - grupo coordenado por Emerson.
- Comunidade de Castainho – educação, produção e meio ambiente – grupo coordenado Alda.
- Comunidades de Estrela e Tigre – atividades produtivas e meio ambiente – grupo coordenado por Henrique



Dinâmica durante a oficina



Apresentação dos grupos

Apresentação dos grupos

Grupo 1– Estivas

Roseane de Conceição das Crioulas e Diego da Comunidade Quilombola do Amargoso apresentaram os resultados do grupo.

Nome do grupo Ubuntu: eu sou porque nós somos

Fazenda dentro do território quilombola: fazenda do ex-prefeito de Garanhuns, Luiz Carlos está dentro do território tradicional. O antigo dono arrendava áreas para as famílias quilombolas. E agora a fazenda está totalmente improdutiva.

Produção QUASE orgânica – preconceito que o pessoal da cidade tem de comprar os produtos daqui, por conta da água do rio que é poluída, o produtor explicou que usa a água de uma nascente. Temos que quebrar isso com comunicação e informação. Produtor vende na comunidade e nas demais vizinhas, inclusive a alimentação da oficina vem deste produtor.

Projeto Programa Nacional de Habitação Rural – conjunto de habitação que Estivas conseguiu para beneficiar 100 famílias. Preocupação com o inchaço das famílias, os filhos casam e moram na mesma casa.

Religiosidade – igreja católica Santa Luzia – está sendo reconstruída para manter os grupos de jovens das comunidades. Também para contrapor as igrejas evangélicas que muitas vezes não permitem festas tradicionais da comunidade. Nossas festividades devem continuar, isso serve para igreja católica e evangélica, nós devemos ser quem nós somos.

A caminho da saúde – Tem médico, enfermeiras e o pessoal da Universidade Estadual de Pernambuco faz residência na comunidade. Medicação natural está sendo incentivada. O posto não atende só essa comunidade, mas também as comunidades vizinhas. Parabenizou os trabalhos feitos pela equipe de residência na área da saúde, que desenvolve ações lúdicas sobre saúde com as crianças.

Grupo 2 – Visita ao Quilombo Timbó

Ivon do Quilombo Retiro e Moacir do Quilombo Siqueira apresentaram.

Destaques

- Necessidade de desintração do Território
- Problema com turismo desordenado
- Poluição e lixo advindo do turismo desordenado
- Potencial no território para o turismo comunitário (rural, religioso, etnoturismo e de aventura)
- Potencial de uso do espelho d'água para criação de peixes nativos em tanques
- Necessidade de tratamento da água distribuída na comunidade, que hoje é retirada e distribuída direto do lago da comunidade
- Potencial do trabalho com ervas medicinais
- Gado assoreando as margens do rio
- Artesanato em madeira feito na comunidade
- Uso de frutas sazonais para geração de renda
- Espírito de coletividade na comunidade



Pisoteio de gados, em áreas de preservação permanente, próximos de mananciais



Áreas de visita turística



Igreja do Quilombo Timbó



Vista da comunidade de Timbó

Grupo 3 – visita as comunidades quilombolas Estrela e Tigre

Antônio Criolo, de Conceição das Crioulas e Marinho, de Estivas apresentaram.

Barragem Cajueiro – criada em 2010, tem 9 km, quando terminou a construção da barragem, mesmo os fazendeiros tendo sido indenizados, eles voltaram e colocaram cerca na área de APP. Desde então, a comunidade vem cobrando do governo para que resolva essa situação. Mesmo a barragem estando dentro do território quilombola, as comunidades não são abastecidas por ela. Os fazendeiros estão plantando em área de APP.

Quintais produtivos – como as famílias tem pouca área de produção, elas fazem plantios diversificados no entorno das casas.

Casa de farinha – A casa de farinha está parada há um ano por falta de produção. Há 10 anos as comunidades quilombolas da região eram referência na produção e venda de farinhas. Com o crescimento das famílias, as áreas de produção foram dando lugar para as casas. É de grande importância para a cultura quilombola, as casas de farinha, não apenas pela produção, mas pela vivência coletiva.

Alternativa de renda – os quilombolas da comunidade estão buscando alternativas de renda, muitas fazendas vizinhas não têm mais condição de empregar trabalhadores, seja pela situação econômica ou pela necessidade de mão de obra específica. Portanto, como alguns estão criando outras atividades, como por exemplo, trabalhar com madeira morta, na produção de móveis e outras peças e utensílios.

Área da Universidade Federal de Pernambuco dentro da comunidade Estrela – quando a universidade comprou a fazenda, já estava em andamento o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. A comunidade não tem nenhuma parceira com a universidade. Atualmente, o RTID já está concluído, aguardando andamento no Inkra.

Olaria – dentro da comunidade tem uma olaria que é de um particular, usa o barro da comunidade. Não sabem se tem licenciamento ambiental.

Cisterna – a maioria das comunidades é abastecida por cisternas e carros pipas. Não há um apoio contínuo do governo em garantir o abastecimento de água para as comunidades. Depois da maior chuva que teve em 2010, tem sido um período de seca.

Escola na comunidade Tigre – Escola Anália de Souza Santos – o fazendeiro doou o terreno para construção da escola e depois colocou cerca em volta, sem deixar espaço externo para os alunos. A comunidade queria ampliar o prédio escolar, mas o fazendeiro não deixou. Uma turma da escola tem aula na sede da associação da comunidade. Marinho, vereador em Garanhuns tem um Projeto de Lei na Câmara de Vereadores sobre diretrizes quilombolas na área de educação, está se esforçando para tentar a aprovação deste projeto.



Cerca do fazendeiro, limitando o espaço da escola



Casa de farinha abandonada, por falta de mandioca



Alternativa de renda - marcenaria, com uso de madeira morta



Barragem do Caju na comunidade de Estrela, mas a comunidade não tem acesso à água



Atividade de olaria dentro do território tradicional

Grupo 4 - Território Castainho – 193 ha - 300 famílias – 1º território quilombola titulado junto com Conceição das Crioulas.

Andreia Quilombo Sítio Grossos (RN) e Adilson da Comunidade Quilombola Quilombo (PE)

Conquista da unidade escolar há 10 anos – estrutura diferenciada; 311 alunos de ensino infantil (4anos) até nono ano do fundamental; Educação de Jovens e Adultos (EJA) à noite - parceria do movimento quilombola estadual e governo estadual.

A grande maioria das escolas quilombolas tem que adequar sua grade curricular com a do município, que não possui a educação diferenciada com as especificidades da cultura quilombola. Conceição das Crioulas tem calendário diferenciado.

Outro problema - ter merenda adequada e com alimentos que as comunidades já produzem, por meio do PAA.

Falta de transporte para todos, em especial, para as comunidades mais das escolas.

PPP da escola – adequação do calendário, materiais específicos, valorização da cultura e história.

Luta para implementar as diretrizes para a educação quilombola.

Uma conquista, quilombolas cursando o ensino superior.

Produção e renda

Fontes de renda: hortaliças, mandioca e derivados, frutas, serviços na cidade e em fazendas.

Casa de farinha (produção manual em grupos pelas mulheres) e casa de farinha industrial.

Hortaliças fonte de renda e consumo, venda em feira e entrega em estabelecimentos.

Desafios – comercialização, adubação e pragas e qualidade da água do rio.

Acesso à água

Rio Mundaú – contaminação por esgoto e diminuição do curso do rio.

Poços e caixas d'água.

Cisterna de captação para produção (52 mil litros) e de consumo (16 mil litros).

Não tem acesso a água encanada na área do território.

Grupo de mulheres guerreiras quilombolas de Castainho

Geração de renda - fazem coleta seletiva, passam em dias determinados, nas casas da comunidade para pegar o material reciclável; experiência de reciclagem em parceria com a igreja católica local.

Combate a violência doméstica.

Patrimônio Histórico

Cruz das Almas – monumento histórico ameaçado pela especulação imobiliária - que esta loteando a área – necessidade de pressionar pela desapropriação da área. A comunidade pode acionar o IPHAN junto com a prefeitura para fazer o tombamento deste monumento. Capela tem mais de 200 anos é original do cemitério, que foi extinto.

Nossas conclusões

- Produção artesanal de produção de mandioca.

- Comunidade tem prática de buscar a solução dos problemas por si só, a partir da troca de experiências e valorização dos saberes dos mais velhos.

- Necessidade de fazer formação sobre o GTAQ.

- Quilombolas que fazem cursos superior devem voltar para atuar nas suas comunidades.

Adilson - a principal dificuldade das comunidades quilombolas é a falta de território, exemplo Castaíno com 300 famílias e apenas 193 hectares. Muito triste quando ouve que o INCRA tem apenas 9 mil reais para as comunidades quilombolas de Pernambuco. Propõe que ocupem o INCRA para pressionar o governo.

Andreia – colocou uma questão muito importante como ficam os quilombos que estão em áreas urbanas em relação a política de GTAQ?

Apresentando a PNGATI: Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena

Chico Apurinã, membro da COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, do estado do Acre, apresentou o histórico da construção da PNGATI, iniciando com destaque dos artigos 231 e 232 da CF 88, que foi uma luta do movimento indígena. A partir de 88 foi o marco legal para as conquistas dos povos indígenas.

Como chegamos na PNGATI? Depois da CF a gente começou a pressionar por políticas ambientais, de saúde e de educação, entendemos que a conquista do território é o primeiro passo.

A partir de 1992, com a Eco 92, a conferência mundial sobre meio ambiente, nós estávamos lá lutando por nossos direitos. Saiu o protocolo de Kyoto - compromisso de não desmatar. Em parceria com vários órgãos teve o PPTAL que demarcou várias terras indígenas, teve o Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI), que apoiou vários projetos nas comunidades. Investimento em projetos de cultura, e também projetos da Carteira Indígena do MMA. Essas foram as experiências que vieram para essa discussão.

Pensamos que o investimento da cooperação internacional tem começo, meio e fim. Assim tivemos ideia de criar uma política nacional.

No processo de discussão estávamos focando no fortalecimento das organizações indígenas – APIB, APOINME, ARPIPA, ARPINSUL e COIAB.

Parabenizou o ISA e MMA por essa coragem de enfrentar esse desafio de criar essa política, principalmente no atual contexto política que estamos vivendo.

Foi criado um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para construir a minuta da política e apresentar para o Conselho Nacional dos Povos Indígenas (CNPI). Do Governo Federal participaram a Funai, o MMA e foi convidado o Ministério da Defesa. Tivemos que olhar as legislações existentes para construir a política, como a Convenção 169 da OIT e várias outras políticas existentes. Ressaltou que foi importante estudar todas essas políticas.

A PNGATI é muito importante para garantir o futuro das próximas gerações.

Em 2009 foi realizado um seminário Nacional em Brasília que deu início aos trabalhos do GTI.

Foram realizadas 5 reuniões em Brasília para fazer um primeiro documento base e depois foi feito um processo consultivo com a realização de consultas regionais em todo o Brasil, com a participação de vários povos indígenas. As consultas eram para apresentar e colher contribuições da base para melhorar a minuta da política. Além das consultas grandes tiveram

outras consultas menores em RR, MT, MA e em Manaus teve uma consulta com as mulheres indígenas. 1329 pessoas participaram do processo de consulta.

No documento base tinham 10 diretrizes e 27 objetivos específicos, com as consultas aumentaram as diretrizes para 13 e os objetivos também aumentaram.

Não conseguiram que fossem incluídas na política as terras que não foram demarcadas, isso eles perderam, mas continuam nessa luta. Na saúde também era assim, agora já está mudando. A PNGATI foi aprovada, em 2012 – Decreto nº 7.747/12.

Mostrou os instrumentos que estão sendo usados para dar andamento na política: os planos de gestão ambiental e os protocolos de consulta.

Hoje, a gente tem o Fundo Amazônia que está dando apoio para a execução da PNGATI. Ressaltou que só as organizações grandes conseguem acessar esses recursos, por conta da burocracia.

Outros fundos, como o Fundo Clima, Conectividades, entre outros também apoiam os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).

Hoje toda a discussão é para implementar a política.

A PNGATI tem as instâncias de governança, queriam que tivesse o comitê gestor nacional, comitês regionais e comitês locais. Conseguiram, até o momento, a instalação do Comitê Nacional. Com esse governo não teve mais reunião do comitê.



Chico Apurinã apresentando a PNGATI

Destaque do debate

- Para fazer os PGTAs é importante as parcerias com as organizações não governamentais como o ISA, CTI, CPI, OPAN, entre outras. Concorde que o processo de gestão é diferente dos quilombolas, que são donos da terra, os indígenas tem o usufruto, mas a terra é da União.
- Os índios tiveram várias iniciativas de vários projetos demonstrativos antes da política, por meio do PPDI, do PDA, da Carteira Indígena. Essas iniciativas contribuíram para a construção da PNGATI. Essas iniciativas também fortaleceram as organizações indígenas regionais.
- Situação dos quilombos no Brasil: 0,1% do território nacional ocupado por territórios quilombolas, 3051 comunidades quilombolas certificadas, 1692 processos em tramitação e cerca de 700 processos de reintegração de posse.

- Um fato importante da carteira indígena, mesmo que o terra não fosse demarcada, a Carteira apoiava. Teve também investimento em ATER para os projetos apoiados.
- Essas questões enfatiza a distância que os quilombolas estão dos povos indígenas em termos de investimentos da cooperação internacional. Os recursos são majoritariamente para Amazônia.
- A dispersão das ações e políticas para os quilombolas em vários órgãos do governo dificulta o processo. Apenas 0,1% do território nacional ocupado por territórios quilombolas, tem um grande desafio, mas a política de gestão é um instrumento para pressionar a regularização fundiária.
- Para o Quilombo Conceição das Crioulas, o termo GTAQ talvez não seja conhecido, mas é a sistematização de tudo que estamos fazendo. Acredita que o GTAQ será um elo para acessar esses órgãos de apoio para execução desta política.
-

Proposições para Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Quilombolas

INTEGRIDADE TERRITORIAL

- Criação de diretoria de regularização fundiária de territórios quilombolas no INCRA
- Plano de regularização fundiária de 50% dos processos abertos no INCRA até 2021
- Formalizar as Mesas estaduais de regularização fundiária
- Garantir recursos e editais para apoio a projetos para acesso pelas comunidades quilombolas
- Garantir o processo de Consulta Livre, Prévia e Informada – da Convenção 169, das comunidades nos processos de licenciamento e implementação de atividades de impacto ambiental – empreendimentos, mineração, etc
- Formação dos gestores e autoridades públicas sobre os direitos quilombolas
- Criar estratégias que garantam o envolvimento da juventude na gestão do território (de forma mais dinâmica e criativa)

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS

- Acesso a recursos do imposto estadual - ICMS Ecológico para as comunidades quilombolas
- Estabelecer parcerias técnica e financeira, de forma continuada, para restauração e recuperação de áreas degradadas
- Criação de uma linha específica de financiamento de projetos de restauração e uso sustentável
- Apoio (técnico e financeiro) para a elaboração de planos de uso comunitário
- Realização de oficinas para formação e informação em patrimônio genético
- Incentivos para a produção agroecológica
- Garantir apoio e recursos para programas de reutilização dos materiais recicláveis (formação, implementação de ações concretas, etc)
- Fomento à participação em feiras e trocas de artesanato de materiais recicláveis
- Criar um programa para a troca de saberes intergeracional
- Apoio financeiro e técnico para a elaboração de materiais paradidáticos sobre temas ligados à Gestão Territorial Ambiental em Territórios Quilombolas
- Garantir mapeamento participativo de espécies ameaçadas e de interesse da fauna e flora para fins medicinais

- Formação de agentes ambientais comunitários (programa específico do IBAMA para a formação de pessoas da própria comunidade que atuem voluntariamente)
- Garantir a participação das comunidades quilombolas nos Comitês de Bacias, assim como a criação de comitês onde não existe
- Garantir a representação e a participação quilombola no Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- Criação de um programa de prevenção e combate a incêndios florestais (por ex.: Prevfogo) com envolvimento dos Estados

CULTURA

- Promover o fortalecimento do processo de auto identificação como quilombola por meio de capacitações, intercâmbios, realização de atividades culturais quilombolas
- Garantir recursos e editais para apoiar projetos culturais de comunidades quilombolas com formato acessível de execução
- Mapear, resgatar e registrar as práticas tradicionais (festas, danças, etc) para difundir e mantê-las vivas nas comunidades e em outros meios
- Identificar os grupos de mulheres nas comunidades (dança, artesanato, etc) e promover ações para fortalece-los
- Garantir recursos para promover programas que integre cultura e geração de renda aos jovens e mulheres, de modo a fortalecer sua identidade quilombola

Observação: Considerar outras necessidades para serem discutidas – inclusão de minorias (LGBT, idosos, etc). Incluir propostas de geração de renda para todos os segmentos do território.

EDUCAÇÃO

- Garantir vagas específicas nos concursos públicos para profissionais de educação para pessoas das comunidades quilombolas
- Apoiar o acesso e a manutenção dos estudantes quilombolas no ensino superior e médio profissional
- Efetivar as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola no Ensino básico e médio, inserindo conhecimentos tradicionais (valorizando os mestres locais) - práticas tradicionais e culturais e modo de vida
- Garantir assessoria às comunidades quilombolas, nas diferentes áreas, feita prioritariamente por profissionais quilombolas ou que tenha afinidade com a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ)
- Garantir e executar a formação continuada para professores que atuam nas comunidades quilombolas e nas demais escolas municipais que recebem alunos quilombolas

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Garantir a qualidade da alimentação escolar, considerando a aceitação dos alunos
- Trabalhar a educação alimentar nas escolas com uma nutricionista para dar aula
- Fortalecer a identidade quilombola a partir da alimentação
- Conservação das sementes crioulas e orgânicas

- Formação das merendeiras das escolas
- Implementação das políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional
- Promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desde o nível familiar até as comunidades, territórios e município

SAÚDE

- Efetivar o direito a saúde, com a implementação de políticas existentes e estruturação de infraestrutura adequada a cada contexto (postos de saúde, pontos de apoio, ambulâncias); fornecimento de serviços adequados e contínuos; realização periódica de busca ativa; composição de equipe capacitada (humanização dos profissionais de saúde), que cumpra a carga horária
- Implantação da Plano Nacional de Saúde Integral de População Negra, com formação dos profissionais de saúde (incluindo os agentes comunitários de saúde que atendem as comunidades quilombolas)
- Criação de Núcleos Quilombolas de Atenção à Saúde da Famílias (NASF com recorte quilombola) como polos de promoção de saúde, com garantia de recursos e equipe multidisciplinar adequada para o número de pessoas atendidas em cada núcleo
- Formação de quilombolas na área de saúde e priorização destes profissionais quilombolas na composição de equipes de saúde que atendem os territórios quilombolas
- Atendimento especializado para casos de anemia falciforme, garantindo o apoio para toda a família
- Estímulo à utilização de práticas tradicionais de cuidado a saúde: valorização do conhecimento que existe nas comunidades; educação permanente e troca de saberes entre crianças, jovens, adultos e idosos a partir da tradição; combate à discriminação do uso destas práticas
- Respeito às práticas tradicionais de cuidado à saúde (uso de plantas medicinais, benzedeiras, curandeiras, parteiras) nos serviços de saúde
- Garantia de cuidado (prevenção e tratamento) a doenças negligenciadas (ex.: doença de chagas, leishmaniose, filariose, calazar, etc)
- Efetivar em todos os estados e municípios o atendimento psicológico adequado e contínuo nas unidades de saúde que atendem aos territórios
- Fortalecer a rede de assistência ao cidadão no território quilombola (saúde, assistência social, educação)
- Fomento à pesquisa para questões de saúde da população quilombola – garantir recursos, parcerias com universidade e implantação de ações concretas para a promoção da saúde
- Formação dos quilombolas para controle social das políticas de saúde, a fim de garantir sua fiscalização e a aplicação de recursos para saúde quilombola no município
- Fortalecer a saúde e a segurança alimentar na pauta do movimento quilombola nos municípios, estados e federação
- Criar mecanismos para que os conselhos tutelares compreendam melhor as especificidades dos modos de vida e da educação quilombola formal e informal (Resolução 181 CONANDA – Parâmetros para a interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais no Brasil)
- Garantir a sanidade animal e o controle de zoonoses nos animais domésticos e de produção (parcerias dos órgãos de defesa animal com a comunidade).

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

- Garantir formação de lideranças jovens e outros, em formação política, intercâmbios, execução de políticas públicas para juventude – abrangendo todas as dimensões da Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ)
- Garantir recursos para fortalecer as organizações quilombolas comunitárias locais, regionais e nacional
- Fomentar intercâmbios e trocas entre as comunidades, com ampla formação e informação sobre direitos dos quilombolas e legislação pertinente à Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ)

PRODUÇÃO, ALIMENTAÇÃO E RENDA

- Garantir o acesso ao território para preservar os modos de vida
- Garantia do acesso livre a fontes de água (não privatização da água)
- Garantir acesso a água para produzir e consumir, através do apoio a preservação e recuperação de nascentes, rios e bacias; da implementação de infraestrutura de captação de água com tecnologias adequadas a cada realidade
- Incentivar a produção para consumo e renda com a utilização de práticas e tecnologias produtivas (criação de peixes, apicultura, agrofloresta, roçado, etc.) de acordo com a realidade e potencial de cada território, região, bioma e cultura, garantindo a sustentabilidade
- Toda proposta e projeto deve ser discutido e decidido com toda a comunidade através de um processo de construção coletiva, respeitando a forma de organização espacial da produção em cada território
- Agregar valor aos produtos quilombolas através de certificações de origem (como Selo Quilombola)
- Apoio técnico para produzir e comercializar os produtos de origem quilombola
- Desburocratizar e fornecer orientação técnica para o acesso as políticas públicas de produção e geração de renda pelos quilombolas
- Incentivo a reciclagem de subprodutos da produção agrícola de forma a evitar impacto ambiental e aproveitar melhor os recursos (ex. biodigestores, compostagem, etc.)
- Proibição do uso de agrotóxicos e outras práticas impactantes no entorno de territórios quilombolas, considerando sua categorização como áreas protegidas no Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) para definição de uma faixa de segurança
- Efetivar o acesso dos quilombolas ao Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através de: apoio a produção e a organização nas comunidades para o fornecimento nas diferentes épocas do ano; implementação de logística dentro da comunidade e no município; revisão da PNAE para aumentar a porcentagem de produtos da agricultura familiar quilombola e para priorizar alimentos produzidos na própria comunidade

Representantes para Oficina Nacional

Foram escolhidos pelos participantes, os representantes que estarão na Oficina Nacional para fechamento do documento de diretrizes para subsidiar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, que ocorrerá nos dias 23, 24 e 25 de julho em Brasília, e contará com 6 representantes da oficina Quilombo Estivas, além do organizador local, da oficina anfitriã. Os nomes foram os seguintes:

APARECIDA	NASCIMENTO	QUILOMBO	ESTIVAS	–	PERNAMBUCO
-----------	------------	----------	---------	---	------------

OLIVEIRA	COORDENADORA LOCAL DA OFICINA	
MÁRIO DOS SANTOS CAMPOS JUNIOR	QUILOMBO ESTIVAS	PERNAMBUCO
ROZEANE MARIA MENDES	QUILOMBO CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS	PERNAMBUCO
GEILSA PAIXÃO ROBERTO	QUILOMBO MITUAÇU COORDENAÇÃO ESTADUAL	PARAÍBA
AÉRCIO DE LIMA GOMES	QUILOMBO GROSSO COORDENAÇÃO ESTADUAL	RIO GRANDE DO NORTE
ANDRÉIA NAZARENO DOS SANTOS	QUILOMBO SOBRADO COORDENAÇÃO ESTADUAL	RIO GRANDE DO NORTE



Representantes escolhidos para a Oficina Nacional, em Brasília

Percepções gerais sobre a Oficina Territorial no Quilombo Estivas

Existem 06 quilombos no município de Garanhuns: Estivas, Castainho, Tigre, Estrela Timbó e Caluete e há apenas 02 territórios titulados no estado de Pernambuco, até então, Castainho (2015) e Conceição das Crioulas (2014). Os territórios de Castainho, Estivas e Estrela são bem próximos da área urbana de Garanhuns e sofrem com os impactos da expansão urbana, esgoto da cidade que é despejado no rio que passa nas comunidades e a violência. Um dos maiores problemas, é a situação fundiária. Diversas propriedades de terceiros, inclusive, áreas improdutivas, o que torna difícil a produção agrícola nas comunidades. Inclusive, em razão do crescimento das famílias, as áreas que eram utilizadas para a produção estão sendo ocupadas por moradias. Essa situação tem trazido grandes problemas econômicos para os quilombolas.

O acesso à água é também um problema, apesar da barragem do Cajueiro, que é o maior reservatório do sistema de abastecimento de Garanhuns e região, estar localizado dentro do território de Estrela. O quilombo de Estivas tem um vereador em Garanhuns, o que tem ajudado as comunidades a acessarem alguns programas públicos, como PUM de Cisternas, construção de casas e parcerias na área de educação e saúde.

Em função a grande quantidade de quilombos no município, há muito preconceito com os quilombolas e os povos de terreiros, fato que motivou aproximação dos grupos para o enfretamento ao preconceito local. Realizam muitos festejos e fóruns de discussão na cidade.

O movimento quilombola do estado é atuante, conta com lideranças bem preparadas, que estão na militância há muito tempo. Como exemplo, os quilombolas de Conceição das Crioulas, que possuem programas consolidados no território, principalmente voltado para a educação.

Os demais estados (RN e PB), apenas o RN tem um território titulado, portanto, torna ainda mais desafiador, a luta pelos direitos, mas estão bem próximos da militância nacional, em articulação constante. Surgiu no debate, mas não foi aprofundado, a situação dos quilombos urbanos, como a GTAQ cuidará dessa realidade?

As mulheres são bem expressivas, como lideranças e houve uma grande participação de jovens, tanto na oficina, como nos eventos culturais realizados todos os dias da oficina.

3.4. OFICINA TERRITORIAL 4 – QUILOMBO PITANGA DOS PALMARES – SIMÕES FILHO (BA)

Participaram da oficina 32 quilombolas do estado da Bahia, 04 de Sergipe e 03 de Alagoas, além de representantes da CONAQ, de órgãos governamentais e a equipe de execução (ISA e Negra Anastácia). A lista de presença, encontra-se no Anexo 4.3.

A mística de abertura contou com a presença da lalorixá Jaciara Ribeiro, quilombola de Caipora (comunidade rural dentro do quilombo Pitanga dos Palmares). Ela louva a luta ancestral das mulheres negras, saúda dona Bernadete e a secretária Fábila. É preciso exaltar as conquistas e o empoderamento, mas sem esquecer das dores do povo negro. A oficina começa numa quinta-feira, dia de Oxossi. Ele tem uma flecha só, equilíbrio do amor. E termina no sábado, dia de Oxum. Coloca música de oxum e todos cantam em coro.

Após, houve roda de capoeira das crianças do grupo Atletas Capoeira – Mestre Joca e Mestre Lampião e apresentação de dança afro por “Gina” (Efigênia Alves do Santos) também conhecida como Nega Fulô, nascida e criada no quilombo Pitanga dos Palmares.



Crianças de Pitanga de Palmares na roda de capoeira.



Gilda apresenta dança afro

Houve também uma homenagem da Fundação Terra Mirim (organização local sediada em Simões Filho) à luta da comunidade de Pitanga dos Palmares. As mulheres da Terra Mirim tocaram instrumentos e cantaram músicas em homenagem à Binho do Quilombo (liderança assassinada em 2017) e informaram que a licença do aterro sanitário foi indeferida pelo órgão ambiental. Vitória da comunidade. É preciso aguardar se irão recorrer da decisão.

Foi transmitido um vídeo de um evento na Universidade Federal da Bahia no qual Binho quilombola (Flavio Gabriel Pacífico dos Nascimento) - liderança do quilombo Pitanga dos Palmares - assassinado em 2017 - se posiciona contra implantação do aterro sanitário próximo aos territórios das comunidades quilombolas de Simões Filho. Em memória a essa luta, a professora Irilene Santana, "Lene", educadora do município, recita poema de sua autoria.

SALVE BINHO DO QUILOMBO

Irilene Santana Souza

Salve Binho do Quilombo

Vamos dar um auê

A sua honrosa luta

vamos fazer valer

*Flávio Gabriel Pacífico dos Santos,
conhecido como Binho do Quilombo,
filho de D. Bernadete, pai, irmão, esposo, cidadão,
em casa começou sua formação.*

*Sempre observando as necessidades do seu povo,
nunca fugiu da guerra, brigou com "gente grande".
E naquele lugar esquecido pelos poderes políticos
(lembrado de tempos em tempos vésperas de eleições)*

*Ele não ficou alheio ao sofrimento daquela gente.
Plantar, cultivar, reciclar, reutilizar, ressignificar
Saúde, educação, plantando esperança, cultivando sonhos
Passe livre para o povo quilombola!*

Salve Binho do Quilombo

Vamos dar um auê

A sua honrosa luta

vamos fazer valer

*A terra é de quem nela mora, ali luta, dali cuida
Não é pra ser vendida, não é pra ser tomada a força,
não é pra ser dividida, a terra é de todos, divisão enfraquece.*

*Voluntariando, associando, plantando sementes,
assim segue Binho do Quilombo
Vamos entender as leis quilombolas! lembrar nossas origens.*

*E viva o Quilombo Caipora!
Fala Quilombo! Queremos ouvir tua voz!
E pra fortalecer um samba de roda, da hora!*

*E se apoiando uns nos outros, seguem os quilombolas
cultivando sua cultura.*

*E o neto de Dona Alvina segue a tradição,
na queimada da palhinha, fogo que nunca se acaba,
Pede prosperidade, derrubando muros,
preservando a essência do seu povo.*

Salve Binho do Quilombo

*Vamos dar um auê
A sua honrosa luta
vamos fazer valer*

*Lutar é preciso, mudar é nossa meta!
Cuidar do meio ambiente, observar as leis,
muita coisa está fora de ordem
Um cidadão derruba uma árvore, é punido (não tem dinheiro),
daí vem empresas multinacionais.
Destrói florestas, rios, áreas preservadas,
polui nosso ar, populações prejudicadas...
Nossos aplausos! Está trazendo o progresso!
Que povo insano! Dinheiro não se come!*

*Salve Binho do Quilombo
Vamos dar um auê
A sua honrosa luta
vamos fazer valer*

*Sempre buscando igualdade de condições,
reconhecimento para o povo quilombola.
Preservando a diversidade cultural,
Delegado representativo na Conferência da agricultura
Brigando para não deixar as casas tombarem.
Contando com a orientação de Dona Bernadete,
símbolo de resistência e inclusão social,
democratizando as ações,
reivindicando o que é direito do povo.*

O cavalo está passando, então vamos parar de olhar e montá-lo.

*Quilombolas dão um grito de liberdade: Dandá, Caipora, Rio dos Macacos, Palmares
Cara de opinião própria, buscando integração social.*

*Salve Binho do Quilombo
Vamos dar um auê
A sua honrosa luta
vamos fazer valer*

*É uma luta de todo povo da Terra
somos quilombolas não fugimos da guerra.
Nosso caminho é a paz
cuidaremos de todos.
Injustiça ambiental, instalação do lixão,
em nossas terras, aterro sanitário não!
Não vamos condenar o futuro da Terra,
preservaremos a ambiente, cuidaremos da vida.*

*A comunidade quilombola hoje pede justiça
pelo irmão que tombou
por brigar por uma sociedade digna.
Por defender a terra que tanto amou.*

*Salve Binho do Quilombo
Vamos dar um auê
A sua honrosa luta
vamos fazer valer. SALVE!*

Diálogo com representantes governamentais

Ainda na parte da manhã, foram convidados à mesa de abertura representantes do governo e órgãos públicos municipais, estaduais e federais, além de parceiros de organizações não governamentais atuantes na região.

Estavam presentes, os seguintes órgãos públicos: MMA/DEX e ICMBio, MDS, Sepromi (BA) e SDR(BA).

Os órgãos públicos deverão apresentar a devolutiva sobre as demandas e situações apresentadas pelos quilombolas, na Oficina Nacional de 23 a 25 de julho, em Brasília. O MMA está sistematizando as demandas tratadas e encaminhará para os órgãos competentes.

Linha do tempo

A construção da linha do tempo foi conduzida por Ronaldo (Conaq) com a participação dos participantes da oficina. O objetivo da linha do tempo é traçar o histórico de organização das comunidades negras nos diversos estados, enfatizar a importância do movimento social quilombola na conquista de direitos e situar o atual momento em que se discute a implementação da Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas, processo conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente. O painel reuniu os marcos históricos da trajetória do povo negro no Brasil, marcos da organização do movimento, suas conquistas, dispositivos legais e conflitos que impactam seus territórios e seus modos de vida, e também datas marcantes da conjuntura política nacional. No anexo 4.8 encontra-se o conteúdo da Linha do tempo construído nesta oficina.

No momento em que foi apresentado o primeiro ciclo de oficinas sobre GTAQ, em 2015 e 2016, Jacobson (MMA) mostrou os produtos resultantes dessa etapa: uma cartilha sobre Gestão Territorial e Ambiental (que compõe a pasta e no pen-drive que são entregues aos participantes), folderes para mobilização das comunidades e um vídeo (que também segue no pendrive) divulgando o trabalho das oficinas e importância dos territórios quilombolas na conservação ambiental do Brasil.



Construção da Linha do Tempo

O que é Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Quilombolas?

Para entender o conceito de **Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ)** deve-se ter clareza do conceito de território. Os participantes se dividiram por estado, fizeram uma rápida reflexão acerca dessas ideias e apresentaram. Abaixo segue o que surgiu nos grupos por Estado.

Alagoas: "Territórios são os marcos que delimitam a perímetro da comunidade. Envolve a comunidade e suas áreas de preservação, de produção, de lavoura, a terra onde se produz. A gestão é a administração do território. Conversamos dentro da comunidade, e se conversa não funciona, a gente busca o Ministério Público Federal e o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA) pra fazer parar".

Bahia 1: "Território vem de uma ancestralidade, de uma identidade cultural, de uma história. É terra, é vida, é água. Sem território nós não vivemos. A gestão territorial é um processo coletivo dentro da comunidade. Para ter uma boa gestão tem que estar unido. Quem faz a gestão somos nós mesmos. Depois que o território é titulado, os órgãos saem. Temos que buscar o exemplo em nossa comunidade".

Bahia 2: "Território é onde a gente vive. É onde os mais velhos caçavam, pescavam, buscavam água. A gestão é fazer com que o território sobreviva, é pra resolver os conflitos entre as famílias, administrar os conflitos com fazendeiros e outras ameaças, conseguir acesso aos recursos do território, gerir a administração do quilombo".

Sergipe: "Território é a área em que vivemos, demarcação, onde a gente vive a nossa cultura. Gestão de uma organização, fruto de lideranças. São as pessoas da associação e as pessoas responsáveis por gerenciar aquele patrimônio. Gestão é a forma de distribuição dos recursos para fazer as coisas que precisam ser feitas na comunidade. Gestão é ter transparência pra administrar os recursos da associação".

Aproveitando a discussão, realizada nos grupos, Raquel (ISA) apresentou algumas considerações sobre o conceito de gestão e a importância do planejamento no processo de organização das comunidades para cuidar de seus territórios. No Anexo 4.5, encontra-se o conteúdo da apresentação.

Visitas de campo

O grupo fez visitas de campo no quilombo para conhecer um pouco mais a realidade de Pitanga dos Palmares, seus desafios e ameaças e seu patrimônio cultural. Antes da saída, Wellington Gabriel Pacífico de Jesus, nascido e criado no quilombo, contou um pouco a história de sua comunidade para situar os participantes da oficina antes da visita. Suas colocações suscitaram um debate, resumido abaixo:

Wellington (BA) - Fala sobre a perda cultural. Cultura não é só o samba de roda, é também os costumes, como por exemplo tirar óleo de dendê no pilão. Não podemos perder essas coisas porque é nossa identidade. E é nossa identidade que mantém viva a nossa luta. Estamos fazendo a salvaguarda do samba de roda. A ASSEBA - Associação dos Samba-dores da Bahia – está fazendo o plano de salvaguarda do samba de roda. Estão acontecendo oficinas de samba de roda para as crianças, de pandeiro, da dança. Estamos preparando as crianças para que quando acontecer qualquer coisa com os adultos, a gente tenha as crianças pra dar continuidade. Isso é salvaguardar. É passar o conhecimento para alguém. Viola é complicado, 12 cordas, mas Binho passou pro seu filho de 16 anos e ele já passando pra outro. Tem que preparar as crianças.

Zé Ramos (BA) - Essa criança deve se reconhecer como pertencente a comunidade de quilombo, se reconhecer como quilombola. Toda essa discussão sobre gestão territorial tem que partir da educação.

Wellington (SE) – A diretora da escola, Gilda, é quilombola, ela é do quilombo, não é ninguém de fora, ela sabe da parte cultural, igual a gente, viveu e vive o que a gente vive. Agora tem capoeira aqui. Teve gente que dizia que capoeira era coisa do demônio aqui. Hoje temos uma diretora da gente, ela é nossa.

O pessoal aqui vive do que produz. Muito não tem emprego. Aipim, feijão, vivem também a base de troca. A farinha também, uma planta, outro produz e divide. A pesca aqui é para alimentação deles mesmos. O peixe de água doce não é valorizado e nem todo mundo gosta. O valor maior é do peixe de água salgada.

Zé Ramos (BA) - Os maiores entraves nosso são os poderes públicos municipais porque não pegam as diretrizes da Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, da Educação³. Como vamos produzir um plano municipal de educação e respeitar os nossos direitos de ter uma educação diferenciada e alimentação de qualidade na escola se não se conhece as diretrizes desta resolução? É preciso discutir isso nos Conselhos Municipais de Educação.

Selma (BA) - E os professores também são daqui do quilombo? Porque às vezes os diretores não interferem na sala de aula. O Estado não respeita os nossos direitos, principalmente quando é de direita. É uma realidade de praticamente todos os municípios.

Wellington (SE) - Aqui temos 3 quilombos em 1 município de Simões Filho, mas nunca a secretaria sentou pra discutir educação diferenciada com as lideranças.

Regiane (SE) - Se as escolas são cadastradas como quilombolas, nós precisamos impor a situação dentro das escolas, senão vai continuar assim. As associações precisam estar presentes na escola, promover discussões dentro das escolas.

Duco (SC-INDÍGENA) - A gestão territorial e ambiental inicia na escola. Nós indígenas começamos na escola. A gestão também se faz dentro da escola, não se faz entre quatro paredes. Se faz em campo, com as comunidades, com os velhos. Pedir a bênção aos mais velhos. A criança não ouve os mais velhos. Lá na minha comunidade, de vez em quando nós temos esse contato, mas tá difícil com as redes sociais. A gente começou na escola, e não abre mão.

Francisco (BA) - A educação da escola é complementar. É a mãe e o pai que tem que educar os filhos. Tem coisa chegando na escola que nem os professores não sabem. A educação no nosso país é péssima. Os nossos governadores não dão maneiras pra educação ser como nós precisamos. O Estado não tem interesse em dar boas educação pros nossos filhos. Os médicos têm que ser aqui de dentro. O governo não dá condições pra nós estudarmos. Quem tem que educar nossos filhos somos nós.

Após o debate, o grupo então saiu para as visitas. Os pontos visitados foram os seguintes:

³ *Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*. Normativa do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica.



Represa que abastece o município não chega adequadamente na comunidade quilombola de Pitanga



Instituto de Cultura, Desportivo e Social Binho do Quilombo, onde são guardados instrumentos musicais. Tem um oratório para São Gonçalo



Igreja de São Gonçalo, padroeiro do Quilombo Pitanga dos Palmares



Colônia Penal de Simões Filho situado dentro do Quilombo Pitanga dos Palmares

Experiências em andamento: apresentação de Projetos de Gestão territorial e ambiental em comunidades Quilombolas

As experiências de gestão apresentadas durante a oficina são projetos aprovados no edital⁴ do Ministério do Meio Ambiente. Houve uma breve contextualização sobre o edital, que teve como público, as associações quilombolas.

Dois projetos foram apresentados:

1) Projeto Contos, Cantigas e Identidade: Alternativas para a Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros - Comunidade Brejo Grande (Sergipe)

Apresentada por Regiane:

Preservar a cultura é preservar o ambiente. No Quilombo Brejão dos Negros existem 4 comunidades: Carapitanga, Brejão dos Negros, Brejo Grande e Resina.

As principais questões do contexto da nossa comunidade é a situação da regularização fundiária e não existe tratamento de água na comunidade. Vivem da coleta de caranguejo e pesca de peixes e mariscos. Deu o exemplo do manejo do junco como uma prática de gestão sustentável. Moramos na foz do Rio São Francisco. Há uma área de mata atlântica e alguns fazendeiros estão usando áreas de manguezais para a carcinicultura - viveiros para a criação de camarão. Diversos problemas socioambientais como desmatamento e água de qualidade ruim.

Resumo das atividades do projeto:

⁴ Chamada Pública MMA/SEDR/DEX 01/2016.

- Agroindústria de óleo de coco, na comunidade de Resina, para geração de renda e fortalecimento da prática tradicional de extração de óleo de coco
- Elaboração de livreto de Contos e Cantigas. Foram organizadas rodas de conversa e intercâmbio para elaboração do livreto. Os mais velhos contavam para os mais jovens como era a vida e as histórias do que acontecia no mangue. Fortaleceu os grupos culturais de maracatu, capoeira, dança afro, batuque
- Oficinas de capacitação de prestação de contas e redação de relatório do projeto
- Construção de um mapa de cada comunidade envolvida no projeto identificando as comunidades, as áreas de uso e as ameaças

Na avaliação de Regiane: “esse projeto veio marcar a vida da comunidade. Ele veio nos dar autonomia. Nós perguntávamos se íamos conseguir prestar contas. Essas capacitações foram importantes, agora podemos desenvolver outros projetos, nós mesmos. Veio nos dar força e autonomia e fortaleceu o grupo de mulheres”.

2) Projeto Nossa História, Nossa Cor, Nossa Luta, Nossos Sonhos! - Comunidade Quilombola de Tapuia – Camamu (Bahia)

Apresentado por Jeferson:

As meninas que já faziam a agitação cultural da comunidade mandaram a proposta pro edital. Estava envolvida para receber o recurso a Associação Tupinambá, que não é do quilombo. Aí deu problema, os oficinairos não eram da comunidade e a associação não fez uma gestão transparente dos recursos. Trouxeram a boneca abayomi, mas ela não nos representava. Era pra ser a buruxa.

Aí conseguimos reescrever o projeto e daí então fomos pra frente. Fizemos reunião e rerepresentamos o projeto. Fizemos um banner para divulgar as ações e as parcerias. A escola foi nossa parceria e Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - assistência técnica cacaueira e de associativismo), Conaq e toda a comunidade.

Os oficinairos de artesanato eram da comunidade. **Oficina de turbantes e tranças** para reforçar a raiz, mostrar que a história do negro é bonita. Foi feito um desfile e um reforço de personagens da negritude na história do Brasil, principalmente as mulheres, como a Anastácia.

Oficina de Capoeira também foi uma ação do projeto. Foi importante a capoeira porque temos o problema, como em todo lugar, com as drogas. Isso foi muito bom para as crianças e adolescentes. A oficina de capoeira continuou com esforço da própria comunidade.

Roda de conversa Griô. Rita Pinheiro, “garimpeira da cultura”, trabalha o Brasil todo com a cultura e grupo de idosos. As pessoas mais velhas de Tapuia estão morrendo e as histórias estão indo com elas. Rita captou depoimentos. E com isso fizemos um **mini-documentário**. Transportamos os idosos que puderam ir e fizemos um evento com uma roda de conversa. Criamos nesse momento um novo símbolo da associação.

Oficina de planejamento turístico comunitário. Com a ajuda de técnica (Leila). Conversamos sobre como fazer, as potencialidades do território. Ela nos ajudou a perceber que até as pequenas coisas podem ser capitalizadas, até coisas simples da comunidade. E assim fizeram um plano de turismo pra comunidade. Nós estamos próximos a Itacaré e a saída de Barra Grande. Muita gente não aguenta a extorsão do período de temporada da península de Maraú. Então alguns turistas se hospedam na comunidade, passam o dia em Itacaré e de lá voltam pro sossego da comunidade.

Terno de Reis de Tapuia está sendo revitalizado. E agora ele tem sido disputado, tem atraído pessoas para participar, pra assistir. **Samba de roda** também é uma prática que a comunidade faz.

Oficina de confecção Buruxa – boneca feita de pano, eram feitas de panos pretos. Foi uma atividade que emocionou muita gente dentro da comunidade. Também houve a valorização de carpinteira da comunidade com oficina de brinquedos de madeira.

Os mapas foram feitos em parceria com UFBA (Universidade Federal da Bahia) que nos ajudou e fez dois **mapas temáticos de Tapuia**.

Teve também uma **palestra de políticas públicas**, sobre titulação das terras e questões que envolvem os territórios quilombolas. As pessoas aderiram, houve muita participação.

Fizemos também um **plano de ação da comunidade** para planejar suas próximas atividades.

No encerramento do projeto apresentamos todas as atividades e organizamos apresentações culturais. Todas as pessoas que participaram do projeto receberam o certificado. E teve feijão para todo mundo, para manter todo mundo junto.

Após as apresentações destas experiências bem sucedidas de trabalho comunitário, a plenária fez um rápido debate, outros participantes da oficina apresentaram algumas iniciativas de suas comunidades e se interessaram em apresentar projetos para esse edital.

Apresentando a PNGATI: Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena

Para apresentar o processo de construção da PNGATI foi convidado o indígena **Adroaldo, “Duco” – da etnia Kaingang de Xapecó (SC)**.

Em sua fala, ele contou que a questão da gestão territorial na sua comunidade começou em 1978, porque houve o processo de retomada dos territórios, começando pela Terra Indígena Nonoai (RS). Foi um levante regional pela recuperação e proteção dos territórios.

Depois veio a política. Depois dos territórios retomados, precisava saber o que fazer com o território, como fazer um bom uso da terra, proteger, preservando nossa cultura e cuidando do nosso território. Estabelecemos o tempo para caçada, tempo para coleta de frutos, quais produtos poderiam ser cultivados, o que tirar da mata para construção de moradias. Fizemos acordos pactuados de que aquele espaço deveria ser preservado para que as crianças de hoje possam usufruir do território no futuro.

Ameaças externas aos territórios foi justificativa para a elaboração da PNGATI. Nesse momento foi importante a atuação do CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista) e das organizações indígenas. Foram apresentados desafios e conquistas a partir da PNGATI e os **7 eixos** que contemplavam nossas principais questões:

- 1. Proteção territorial e dos recursos naturais*
- 2. Governança e participação indígena*
- 3. Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas*
- 4. Preservação e recuperação de danos ambientais*
- 5. Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas*
- 6. Propriedade intelectual e patrimônio genético*
- 7. Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental*

A PNGATI suscitou nas comunidades indígenas a seguinte reflexão:

- Por que eu quero?
- O que eu quero?
- Com quem eu quero?

Nós, na minha comunidade, não fizemos plano de ação. Era muito mais fácil fazer roda de conversa e fazer acordos bons com os mais velhos. Como às vezes os caciques não tinham autoridade dentro da comunidade foi feito regimento interno, no qual ficou decidido que pode mudar o cacique. Não é um jeito tradicional indígena, mas nem tudo que a gente faz é do nosso jeito tradicional. Algumas coisas mudaram.

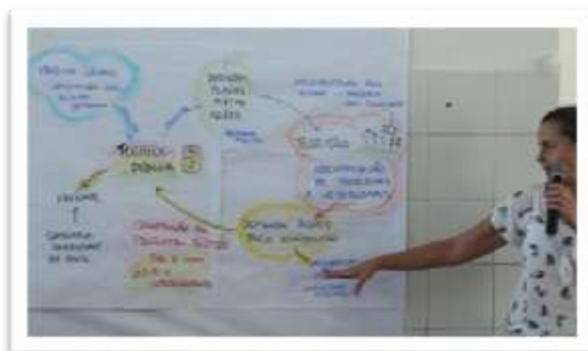
A PNGATI foi resultado do nosso esforço, nossa vontade. Se fosse esperar o Estado, não acontecia. O sul do Brasil tem essa discriminação por parte do estado brasileiro, tudo vai pra Amazônia indígena. O desafio de fazer PNGATI lá foi imenso porque nem tudo mundo tinha clareza do que é fazer gestão territorial.



Adroaldo Kaingang "Duco", professor e liderança indígena apresentando a construção da PNGATI

O que é uma política pública?

Antes de passar à construção da Política de Gestão Territorial e Ambiental específica dos quilombolas, apresentou-se um o painel explicando quais são os elementos envolvidos em uma Política Pública no contexto brasileiro.



Débora apresenta esquema com principais elementos e objetivos de uma política pública

Qual a relação entre PNGATI e GTAQ?

Ronaldo pontuou a diferença de tempo de acúmulo da política indigenista no Brasil e o tempo da política quilombola. O Estado brasileiro já ensaia uma política indigenista desde mais ou menos 1912. E nesse tempo a política do Brasil para negros era a de embranquecimento. Durante o governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) havia as Política de Ações Afirmativas. Foi quando começou a pensar em algo além da questão da terra para negros. No

governo Lula ganha outro nome, baseado na ideia de que o Estado deve restaurar a dívida histórica do Estado brasileiro, ênfase na reparação. A minuta da política de gestão territorial indígena foi construída com base em um acúmulo conhecimento e pesquisas científicas sobre os povos indígenas, e da relação de quase um século do Estado com o movimento indígena.

E qual o acúmulo no caso das comunidades quilombolas? O artigo 68 – ADCT, da CF 88 nasce do estudo de caso de 3 comunidades. Então, quando criaram este artigo imaginava que as comunidades quilombolas seriam, talvez, umas 6. Não imaginava que seriam 6 mil comunidades. As políticas públicas para os quilombolas têm 20 anos, isso é pouco tempo. O nivelamento e entendimento é lento. É tudo muito recente no processo de organização.

Os nossos territórios foram e continuam sendo saqueados. Somos saqueados do nosso direito de ter paz. O exemplo do território de Pitanga de Palmares é emblemático: entre rodovias que cortam a comunidade ao meio, dutos, fazendeiros, falta d'água, aterro sanitário encima do aquífero. Precisamos falar em gestão. Gestão pra nós mesmos, para os nossos territórios.

Mas, considerando nosso acúmulo, será que uma minuta pronta de política de GTAQ faz sentido para nós? Pode não fazer tanto sentido pra nós, mas pode fazer. Se não agora, quando tempo mais a gente vai ficar conversando sobre isso? Estamos construindo uma minuta para consultar a nossa base e encaminhar para fazer nascer a política, mandar o presidente assinar. Isto pode acontecer ainda este ano ou pode acontecer em 2029, daqui 10 anos. Vai depender inclusive de nós. Então, quando as pessoas dizem “ah, eu tenho que voltar pra casa”, a gente entende, sabe que a vida das pessoas é dinâmica. Mas se for pra Brasília, vai ser pra brigar por isso aqui. A gente tem que defender as nossas posições. São tarefas muito importantes. Vocês da Bahia que vão para Brasília na Oficina Nacional, estão preparados para ir nessa missão?

Nós, hoje, ainda estamos no momento de construção da minuta da política. Nossa grande dificuldade, sendo bem realista, é que a gente se depara com a falta de acúmulo, não de gestão, porque isso a gente faz, temos áreas preservadas e teríamos mais se não fossem os empreendimentos chegando. Agora, transformar essas experiências em letra (em lei) é a dificuldade. A grande maioria das nossas comunidades não tem o ensino médio. Então esse povo, o nosso povo, tem a responsabilidade de escrever essa política pública. A defesa do decreto nº 4887/03 foi forte porque foi a gente que criou.

A questão geracional é um desafio. O caso da minha comunidade, o Campinho da Independência (RJ) teve isso: a nova coordenação do quilombo atropelou a história de tio Valentim, uma liderança histórica do quilombo e da região. Essas lideranças mais velhas precisam ser homenageadas, lembradas, valorizadas. Entender que aquilo que alguns chamam de “evolução” não é. Nós temos excesso de informação, mas menos sabedoria, não sabemos mais ler a natureza como os mais velhos sabiam. Estamos comendo pior, morrendo mais cedo.

A fala de Ronaldo suscitou um debate engajado das lideranças presentes na oficina. Foi um momento importante de formação política, de compreensão da relação entre o movimento e o Estado, de pensar as atribuições do movimento na luta por direitos, da importância de mobilização em torno de uma política pública, cuja construção será conduzida pelo movimento e pela reflexão sobre a relação com a política partidária e os sacrifícios envolvidos na militância.

Conteúdo gerado pelos trabalhos em grupo: desafios, experiências e estratégias

EDUCAÇÃO

Desafios

- Não existe educação quilombola, apenas no papel
- Crianças não frequentam escolas específicas para os quilombolas
- Professores de fora da comunidade
- Contratação municipal por indicação política (nepotismo, coronelismo)
- Propositivamente não são realizados concursos, para ter moeda de troca
- Escolas são para crianças quilombolas e não quilombolas
- Poucos professores formados em nível superior em pedagogia
- Direção da escola não quilombola
- Implementação das diretrizes curriculares de educação quilombola
- Mães jovens não conseguem trabalhar ou estudar
- Preconceito de diretores (racismo institucional) em relação à capoeira
- Aproveitar-se da cota quilombola sem se reconhecer e participar da associação

Experiências

- Programa Brasil Alfabetizado possibilitou a contratação de professores da comunidade
- Programa Mova Brasil também
- Diretrizes curriculares municipais de educação quilombola em Camamu feita pelas comunidades
- Coordenadoria quilombola na Secretaria Municipal de Educação (Camamu)
- Coordenadoria Estadual indígena e quilombola (Alagoas)
- EJA Quilombola

Proposições

- Processos seletivos e concurso públicos específicos para professores quilombolas
- Capacitação de professores para implementar as diretrizes curriculares
- Cursos técnicos para comunidades
- Escolas técnicas voltadas para educação no campo
- Escolas em período integral
- Recursos destinados para ações da educação diferenciada
- Eventos e fóruns de discussão: por exemplo um encontro nacional de educação quilombolas
- Incentivo ao esporte, inclusive a capoeira

ORGANIZAÇÃO

Desafios

- Grau de organização das comunidades: pouca participação das associações
- Lideranças com dificuldade de repassar informações
- Pouca participação das lideranças no movimento regional e estadual
- Enfraquecimento do movimento quando liderança assume posição e cargo
- Perpetuação de lideranças (coronelismo de lideranças)
- Costume do assistencialismo enraizado
- Associações emitem declarações da identidade quilombola sem efetiva participação e auto-identificação

Experiências

- Aproveitar os movimentos de implementação de programas para condicionar à participação na associação e no movimento estadual e regional - valorizar este espaço

Proposições

- Aprofundar a discussão sobre criar pessoa jurídica (CNPJ) separada do movimento, no âmbito estadual (conselhos estaduais) (Bahia)
- Melhorar a comunicação e participação das associações com os conselhos municipais, estaduais e federais e territoriais. Criar coordenação de comunicação nas associações
- Fortalecimento das associações com a ampliação de lideranças na direção
- Ações de comunicação sobre programas existentes e direitos
- Condicionar a emissão de declaração à efetiva associação às organizações quilombolas e cumprimento de suas obrigações como sócio: presença em reuniões, pagamento, envolvimento
- Propor que universidades renovem anual e semestralmente as declarações
- Cona q capacitar lideranças sobre esses procedimentos (no âmbito do conselho, com reunião mensal (na Bahia) trazer essa pauta para reunião do conselho)

CULTURA QUILOMBOLA

Desafios

- Fortes pressões e ameaças às práticas culturais
- Entendimento do que é ser quilombola e os elementos para autoidentificação
- O discurso não está afinado para fazer essa explicação (até entre as lideranças)
- Religiosidade Evangélica e Católica tem gerado preconceito e impedido as práticas quilombolas
- As mortes dos mais velhos pode gerar a perda da história, não pode naturalizar esse problema

Experiências

- Realização de atividades e oficinas culturais ajudam a romper o preconceito, mobiliza jovens, desperta para a renovação dos pupilos
- Atividades de registro cultural constroem a memória sobre a história e uso do território
- Pela via cultural é possível mobilizar as pessoas para participar da associação
- Cultura como fonte de sustento
- Registro é a chave para tudo: gerar conteúdo para escola, conhecer território e fortalecer a identidade
- Encontros comunitários de cultura negra devem ser regulares, criando momento de apresentação e por isso fortalecimento dos grupos locais

Proposições

- Fomentar e apoiar atividades de registro da história e conhecimento dos mais velhos
- Resgate das parteiras e rezadeiras
- Registro materializado em livros e outras formas
- Pesquisas devem ter como contra partida a devolução para comunidades (documentar este compromisso)
- Criar mecanismos para garantir representatividade das expressões culturais quilombolas
- Fortalecer a produção cultural como atividade de geração de renda

- Fortalecer as cadeias produtivas em torno da produção cultural
- Realizar atividades sobre 'ser quilombola' e direitos adquiridos

PRODUÇÃO E RENDA, SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

PRODUÇÃO E RENDA

Desafios

- Muito desmatamento para fazer as roças e proibiram dividir em lotes porque a terra é devoluta
- Assoreamento e desaparecimento de nascentes
- Fazendeiros desmatam matas ciliares
- Equipamento (maquinário) às vezes prejudicam o ambiente
- Produtos que vem de fora são transgênicos e com uso de agrotóxicos, o que pode causar problemas de saúde
- Unidade beneficiamento regularizados
- Comercialização e logística
- Selo de inspeção
- Crédito (dificuldades burocráticas)
- Mudanças no regime das chuvas, qualidade do ar ruim e diminuição da água disponível

Experiências

- Políticas públicas, tecnologias sociais (cisternas) de produção, barragem, barragem subterrânea
- Transferência tecnológica
- Embrapa ajudou povo Kraô a recuperar sementes que não encontravam mais
- Bancos de sementes tem financiamentos com ONGs e governo
- Alternativas aos produtos industrializados
- PAA/PNAE
- Geração de renda: artesanato, comidas típicas, medicina alternativa e turismo

Proposições

- Estado precisa regularizar a terra
- Preservar plantas nativas, florestas para diminuir efeito das mudanças climáticas
- Reflorestar com espécies nativas e tradicionais
- Sensibilizar produtores para preservação
- Divulgar a história e a importância do uso das plantas tradicionais
- Tecnologias sociais para territórios quilombolas
- Garantir ATER, transferência tecnológica e extensão rural, respeitando as formas de fazer e viver quilombola (considerar especificidades) com condição agroecológica
- Setores do governo e universidades responsáveis por pesquisa de produção rural com foco nas formas de produção quilombola
- Criar e ampliar os bancos de sementes crioulas
- Estimular a produção agroecológica (compostos orgânicos, agrofloresta, etc)
- Capacitação para quilombolas e técnicos para produção agroecológica
- Estimular financiamento, implantação de unidades de beneficiamento aos moldes da ANVISA. Facilitar e desburocratizar selos de inspeção
- Melhorar o selo de origem quilombola (rastreadabilidade e origem) para melhor reconhecimento e confiança

- Garantir infraestrutura, acesso aos mercados consumidores - acesso, estradas, ponte, barcos
- Garantir políticas de aquisição de produtos, garantia de mercados privados e públicos (ex: PAA, PNAE)
- Viabilizar a obtenção de selos de orgânico (desburocratizar, subsidiar)
- Facilitar e desburocratizar acesso a linhas de crédito (Pronaf, empréstimos) até para comunidades em processo de reconhecimento
- Divulgar políticas, linhas de crédito que beneficiem produtores quilombolas
- Estimular e viabilizar o Cadastro Ambiental Rural
- Estimular capacitação e financiamento de alternativas de renda (artesanato, turismo, etc)

SAÚDE

Desafios

- Profissionais da Saúde tem preconceitos, não conhecem a realidade quilombola
- Equipe do Programa Saúde da Família não atende exclusivamente as comunidades quilombolas porque são pequenas, por isso não atendem com muita regularidade, médico não fica a semana inteira
- Esgoto a céu aberto
- Agentes de Saúde não fazem seu papel, não visitam, não acompanham as comunidades
- É difícil a participação nos Conselhos de Saúde, depende de indicação do gestor e ele nem sempre indicação

Proposições

- Capacitação para profissionais de Saúde sobre especificidades dos territórios quilombolas (doenças da raça negra, práticas tradicionais)
- Ampliação das unidades de Saúde da Família dentro dos territórios quilombolas
- Estimular políticas e programas de saneamento básico (tratamento de água, destino do esgoto, coleta do lixo etc)
- Programas de habitação devem levar em conta o saneamento básico
- Agentes de Saúde devem ser prioritariamente da comunidade e ter capacitação técnica
- Participação ativa de quilombolas nos conselhos de Saúde. Garantia de vaga no Conselho (não depender de indicação do gestor do Conselho). Reuniões do Conselho devem ser abertas para a comunidades
- Valorização dos saberes e crenças tradicionais no atendimento de saúde. Resgatar práticas e plantas utilizadas
- Estimular políticas e programas de práticas para a saúde (exercícios físicos, terapia ocupacional, tratamento e prevenção de tabagismo e alcoolismo etc)

SEGURANÇA ALIMENTAR

Proposições

- Estimular redes de produtores para diminuir a dependência de produtos industrializados
- Criar e ampliar os bancos de sementes crioulas
- Estimular que a merenda escolar tenha produtos dos quilombos, prioritariamente orgânicos
- Capacitação de merendeiras, pais, crianças para reeducação alimentar com nutricionistas, preferencialmente quilombolas

INTEGRIDADE TERRITORIAL

Desafios

- Grandes empreendimentos implantados nas comunidades impactam uso e integridade territorial
- Conflitos internos: pesca predatória, desrespeito ao defeso
- Lixo nas comunidades e áreas rurais
- Empreendimentos – produtos químicos-dutos que atravessam o território
- Instalação de presídio sem consulta
- Rodovias que cortam o território
- Falta de acesso à água potável e saneamento básico
- Regularização fundiária – titulação
- Fazer com que os gestores reconheçam que existe legislação que garantem os direitos quilombolas
- Falta formação de base para fortalecimento da organização local enfrentar os empreendimentos. Fortalecimento de lideranças e político organizativo
- Técnicos governamentais formados para condições específicas das comunidades

Experiências

- Cadastramento atrasado nas comunidades pelo INCRA por falta de técnicos. Isso não permite o acesso ao Plano Nacional de Reforma Agrária
- Porto D'Areia: assembleia específica para autoreconhecimento da pessoa para aprovação das comunidades
- Universidade Estadual da Bahia (Uneb) fez mapeamento das espécies e catalogação com distribuição de mudas para as famílias
- Sergipe realizou assembleia do movimento quilombola e decidiram fazer CAR nos territórios: coletivo e individual realizado pela federação estadual quilombola e não por empresas privadas
- Contaminação por caramujos afetando produção agrícola e abastecimento de água para consumo humano (comunidade Cachoeira)
- Em Pitanga (Simões Filho), empreendimento (presídio) contaminam recursos hídricos por falta de saneamento e cumprimento de legislação
- Pesca artesanal afetada por Coral Sol
- Empreendimentos que impactam o território e meio ambiente: Hidrelétrica Votorantim impactando cachoeiras, enseadas e o território. Energia Eólica/Parque Maciço (impactos: migração forçada, aquecimento local, poluição sonora) Eucalipto (impactos: contaminação solo e água), Dutos (Pitanga dos Palmares)
- Núcleo de mediação de conflitos de Cachoeira, no Vale do Iguape
- Criação do núcleo de defesa comunitária para coleta de lixo (Simões Filho)
- Audiências públicas convocadas pelo MPF, mas não houve a participação suficiente dos gestores municipais
- Na duplicação da BR101, o DNIT fez conversas com as comunidades afetadas para fazer os acordos de compensação (territórios de Estância/BA)
- Técnicos vão para as comunidades com tecnologias de reforma agrária/agricultura familiar
- Universidade Federal do Recôncavo Baiano (Ufrb) criou curso em ciência agrária específica para territórios quilombolas
- Alta mortalidade de peixes e outras espécies devido a contaminação pelos empreendimentos

- Dutos de água que trazem água de outras regiões, disseminam outras espécies de peixes que impactam espécies locais

Proposições

- Consulta dentro dos moldes da Convenção 169 da OIT
- Realização de audiências públicas pelo MPF para os gestores dos municípios onde existem comunidades quilombolas (com prefeitos)
- Identificar os atores envolvidos com os empreendimentos para cobrar responsabilidades (buscar apoio do MPE, MPF)
- Processos formativos para entendimento de leis e normas que regem os espaços territoriais e garantem direitos
- Profissionais e técnicos preparados e formados para as especificidades do território quilombola: questões ambientais, agrícolas (sementes crioulas)
- Treinamento e informação para enfrentamento de desastres ambientais ou em consequência de empreendimentos já implantados
- Pesquisa e tecnologia para o combate ao caramujo africano e coral Sol
- Criação de núcleos de mediação e resolução de conflitos internos das comunidades
- Incra deve investir no cadastramento e recadastramento nas comunidades com parcerias nas prefeituras
- Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (Sipra/Incra) deve ser implantado em todos os estados
- Capacitação e financiamento pelo governo para que as Federações, Associações Quilombolas realizem o CAR nos Territórios Quilombolas

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTAVEL

Desafios

- Invasão de pessoas de fora para explorar a pesca (comunidade Pitanga) e plantas medicinais
- Auto sustentabilidade das comunidades pode ser viabilizado por meio do turismo comunitário
- Desmatamento e impactos ambientais estão afetando uso tradicional de plantas e recursos naturais: plantas medicinais, piaçava
- Sobreposição territorial: criação de unidades de conservação sobre territórios quilombolas

Experiências

- Na Resex Canavieiras, uma pesquisa que evidenciou pontos de pesca acabou vazando e levou ao aumento da pressão sobre a pesca
- Visita técnica em comunidades quilombolas: imagem foi utilizada sem autorização com transporte de sementes crioulas (Comunidade Sítio Alto)
- Turismo de Base Comunitária na comunidade Kouge tem resultados positivos
- Em Pitanga dos Palmares: dança de São Gonçalo, Dança da bebe, Queimada da Palhinha, Artesanato de Piaçava, Planta Medicinal
- Experiência de casa de sementes crioulas no Quilombo Sítio Alto (Simão Dias)
- Selo quilombola que já existe
- Feira de orgânicos do quilombo Pitanga
- Oficinas sobre: educação, meio ambiente, conscientização e cultura (Ginete/BA)

Proposições

- Feiras, intercâmbios e encontros para troca de sementes, experiências culturais, conhecimentos tradicionais sobre agrobiodiversidade
- Apoio técnico para fortalecimento do uso do selo quilombola pelas comunidades em seus produtos (condições sanitárias, embalagem, rótulo, etc.)
- Mapear áreas de sobreposição para solucionar conflitos, priorizando o direito constitucional de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas
- Para criação de novas unidades de conservação deve haver consulta livre, previa e informada nas comunidades quilombolas, priorizando o direito constitucional de reconhecimento e titulação do território quilombola
- Protocolos comunitários para uso de imagens, patrimônio, riquezas e recursos naturais, genéticos e conhecimentos tradicionais elaborados pelas comunidades
- Entidades estaduais devem orientar para elaboração destes protocolos
- Órgãos governamentais com competência sobre a agenda quilombola devem contribuir para o fortalecimento e regularização dos territórios para contribuir com sua auto-sustentabilidade
- Promover espaços de troca de experiências entre comunidades sobre turismo comunitário e etnoturismo
- Retomar e fortalecer práticas tradicionais e manifestações culturais
- Casa de sementes em todos os territórios (sementes crioulas)
- Criar espaços de preservação da memória material e imaterial

Representantes para Oficina Nacional

Foram escolhidos pelos participantes, os representantes que estarão na Oficina Nacional para fechamento do documento de diretrizes para subsidiar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, que ocorrerá nos dias 23, 24 e 25 de julho em Brasília, e contará com 6 representantes da oficina Quilombo Pitanga dos Palmares, além do organizador local, da oficina anfitriã. Os nomes foram os seguintes:

MARIA BERNADETE PACÍFICO MOREIRA (COORDENADORA LOCAL DA OFICINA)	QUILOMBO PITANGA DOS PALMARES	BAHIA
JOSÉ JORGE ALVES PONTES	QUILOMBO BETTE II	BAHIA
JAÍLDE PAIVA DA SILVA	QUILOMBO JIBÓIA	BAHIA
JOSÉ RAMOS DE FREITAS	QUILOMBO PORTO DO CAMPO	BAHIA
MARILZA PEREIRA GOMES	QUILOMBO LAGOA SANTA	BAHIA
MANUEL OLIVEIRA SANTOS (BIÉ)	QUILOMBO MUMBUCA	ALAGOAS
JOSÉ WELLINGTON F. NASCIMENTO	QUILOMBO PORTO D'AREIA	SERGIPE

Percepções gerais sobre a Oficina Territorial no Quilombo Pitanga dos Palmares

O território de Pitanga dos Palmares representa um dos grandes desafios para uma GTAQ, é um território urbano-rural. A cidade está no território, mas lá também estão as atividades agrícolas. O território é um exemplo também das pressões da expansão urbana de grandes cidades, como Salvador. Em Pitanga encontra-se uma colônia penal, construída pelo Estado sem consentimento da comunidade; há também empreendimentos da indústria química, dutos passam em frente à escola onde estudam as crianças quilombolas. Ainda faz parte do

território uma represa que é reservatório para abastecer a região metropolitana, mas muita família do quilombo não tem água potável e saneamento básico nas suas casas. Recentemente uma liderança importante da comunidade foi assassinada porque ~~segundo os quilombolas~~ lutava pela titulação da terra e principalmente contra o racismo ambiental que sofre o quilombo. A associação quilombola e outros parceiros locais estão lutando contra a instalação de um aterro sanitário municipal na área de entorno do quilombo de Pitanga.

Os outros estados presentes na oficina, mesmo as demais comunidades da Bahia também relataram um quadro de ameaças graves (empreendimentos como hidrelétricas, energia eólica e eucalipto) à permanência das famílias no território e de violações de direitos, especialmente o de Consulta Livre, Previa e Informada como rege a Convenção 169 - OIT. A situação fundiária dos territórios apresenta diferentes situações, mas houve muitos questionamentos dos participantes sobre como fazer gestão se não há território, se ele ainda está em disputa?

Os territórios presentes nesta oficina fazem parte dos biomas Mata Atlântica e Caatinga na região Nordeste do Brasil. Região historicamente esquecida pelas políticas públicas e que concentra uma gama de comunidades quilombolas que se adaptaram e criaram seus modos de vida conforme as características regionais.

No ano de 2017, a Bahia teve 13 assassinatos de lideranças quilombolas, por causa de conflitos agrários.

4. ANEXOS

Os anexos abaixo encontram-se em arquivos pdf separados.

4.1. AVALIAÇÃO DAS OFICINAS PELOS PARTICIPANTES

4.2. REGISTRO FOTOGRÁFICO

4.3. LISTAS DE PRESENÇA

4.4. ROTEIRO DE ASPECTOS PARA CADA DIMENSÃO DA GTAQ

4.5. CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO SOBRE GTAQ

4.6. CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS À MINUTA DE DIRETRIZES PARA A GTAQ

4.7. PLANO LOGÍSTICO DAS PRÓXIMAS QUATRO OFICINAS

4.8. CONTEÚDO DA LINHA DO TEMPO CONSTRUÍDA NAS OFICINAS